por sinal

Ano 12 ■ nº 41

REVISTA DO SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

CRESCIMENTO & ESTABILIDADE

INFLAÇÃO EM RITMO ELEITORAL

CONGRESSO NACIONAL

Os direitos de 11 milhões de servidores

Um ano de desafios e conquistas

Iniciamos nossa Carta do Conselho chamando a atenção para uma data marcante: fundado em 28 de outubro de 1988, o Sinal faz em outubro 25 anos! É um quarto de século lutando pela defesa dos direitos dos servidores do Banco Central, tanto para termos uma remuneração justa, como, principalmente, pela valorização da instituição e de seu corpo funcional. O Banco Central hoje é reconhecido por sua responsabilidade e eficiência em todo o mundo. E podemos dizer, sem falsa modéstia, que o BC é feito por nós, servidores.

Queremos registrar também as eleições da Diretoria Executiva do Sinal, seja no âmbito das Regionais, seja da Direção Nacional, ocorridas em abril. Neste processo eleitoral, constatamos, com satisfação, o ingresso de "sangue novo" nos quadros do Sindicato, em todo o Brasil, inclusive de recém-ingressados no Banco. Daro Piffer, da Regional de São Paulo, foi eleito presidente do Sinal, e substituirá Sérgio Belsito, da Regional Rio, a quem agradecemos pelos anos de dedicação à nossa causa.

Como não poderia deixar de ser, já que a inflação voltou ao centro dos debates atuais, este é o tema central da **Por Sinal** 41. A mais de um ano e meio da eleição presidencial de 2014, a política econômica do governo Dilma está na mira da oposição, que acompanha com lupa a taxa de crescimento e os indicadores de um "novo surto inflacionário"— bandeira que poderá ser útil para a oposição na campanha eleitoral. O governo está atento, agindo no dia-a-dia, e ajustando, quando necessário, seus mecanismos de combate à inflação, sem, no entanto, abrir mão do crescimento da economia. Continua apostando que a estabilidade da moeda e o crescimento da economia caminham juntos. Para sustentar esse debate, estamos publicando, além da reportagem central "Inflação em ritmo eleitoral", dois artigos: um dos colegas José Paulo Vieira (Regional São Paulo) e Ricardo Luis Piccoli (Regional Porto Alegre), e outro, o último de seu mandato, de Sérgio Belsito.

Em relação aos direitos do servidor, tema recorrente da nossa publicação, chamamos a atenção, nesta edição, para a proposta que o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) encaminhou ao Congresso, e que será relatada pelo senador Paulo Paim, do PT gaúcho. O projeto, ainda sem número, dispõe sobre as relações do trabalho, o tratamento de conflitos, o direito de greve e regulamenta a Convenção 151 da OIT.

Na matéria "Devo, mas pago quanto quiser", levantamos o problema dos precatórios e a estratégia de protelar os conflitos judiciários dos servidores contra o Poder Público. No caso de estados e municípios, essa questão é ainda mais grave, com tempo médio de 15 anos para os pagamentos das dívidas. A Dra. Vera Mirna, advogada do Sinal, assina o artigo "Morosidade da Justiça ou desequilíbrio da balança", destacando exemplos que estão dentro do próprio BC.

Nosso entrevistado é o advogado Wadih Damous, ex-presidente da OAB-RJ e presidente da recém-criada Comissão Estadual da Verdade (RJ). Na conversa com a **Por Sinal**, Wadih Damous fala da sua responsabilidade à frente da Comissão e responde alguns assuntos polêmicos, como o julgamento da Ação Penal 470 — o chamado mensalão —, a corrupção no futebol e a reforma política.

Certos do interesse dos leitores, publicamos os resultados da XXV Assembleia Nacional Deliberativa (AND), instância máxima de deliberação do Sinal, realizada em duas etapas, em Belém e em Curitiba. A 25ª AND traçou as principais resoluções políticas que vão orientar as atividades do Sindicato nos próximos dois anos.

"O desafio agora é perceber que fortuna não é ganhar muito dinheiro, mas viver seguro e saudável", alerta Fábio Araújo, funcionário do BC e autor do livro "A sociedade da fortuna", em matéria sobre a cultura do consumo, sob a ótica da educação financeira. O assunto está na ordem do dia e preocupa especialistas. O Banco Central, que criou a Diretoria de Relacionamento e Cidadania e o Departamento de Educação Financeira, estuda mudanças no projeto, exibido em seu portal na internet. O Sinal, por sua vez, entende que a orientação do BC tem limitações inevitáveis, e por isso também busca aperfeiçoar seu programa.

Por fim, vale registrar o artigo "Independência técnica e profissional ameaçada", um alerta importantíssimo para o desenvolvimento de nossas tarefas regulatórias. Através de exemplo ocorrido no Banco Central da Espanha, Aparecido Sales, presidente do Sinal-SP, traça um paralelo com o Banco Central do Brasil e a situação dos servidores da área de fiscalização.

Assim, apresentamos resumidamente a edição 41 da **Por Sinal**, publicação que vem reforçando, a cada número, o Sindicato dos Servidores do Banco Central, seu corpo funcional e a importância do BC na garantia do Estado Democrático Brasileiro.

Boa leitura!

SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL (SINAL)

Conselho Nacional
Biênio 2013/2015

Presidente
Daro Marcos Piffer

Belém
José Flávio Silva Corrêa

Brasília
Anderson Heringer Werner
Gregório Alberto Saiz Lopes
José Ricardo da Costa e Silva
Max Meira

Belo Horizonte
Mauro Cattabriga de Barros

Curitiba
Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Fortaleza
Uverlan Rodrigues Primo

Porto Alegre
Gustavo Diefenthaeler

Recife
Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

Rio de Janeiro
Sergio da Luz Belsito

Salvador
Epitácio da Silva Ribeiro

São Paulo
Aparecido Francisco de Sales
Eduardo Stalin Silva
Iso Sendacz

Diretoria Executiva Nacional
Biênio 2013/2015

Presidência: Daro Marcos Piffer
Vice-Presidente: Eduardo Stalin Silva
Diretor Secretário: Epitácio da Silva Ribeiro
Diretor Financeiro: Luiz Carlos Alves de Freitas
Diretor Jurídico: Jordan Alisson Pereira
Diretor de Comunicação: Gustavo Diefenthaeler
Diretor de Assuntos Previdenciários: Sérgio da Luz Belsito
Diretor de Relações Externas: Luiz Carlos Paes de Castro
Diretor de Estudos Técnicos: Eduardo Stalin Silva
Diretor Extraordinário para Assuntos Intersindicais:
Iso Sendacz
Diretor Extraordinário de Qualidade de Vida:
José Vieira Leite

EXPEDIENTE Ano 12 Número 41 Maio 2013

Por Sinal
Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial
Aparecido Francisco de Sales, Edilson Rodrigues de Sousa, Gustavo Diefenthaeler, José Manoel Rocha Bernardo, Mauro Cattabriga de Barros, Sérgio Canas Prata, Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal
SCS Quadra 01 – Bloco G sala 401 – Térreo
Ed. Baracat – Asa Sul – Cep 70.309-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3322-8208
nacional@sinal.org.br
www.sinal.org.br

Redação
Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti (Letra Viva Comunicação)
Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcelos
Diagramação: Tabaruba Design
Ilustrações: Claudio Duarte
Impressão: Ultra Set
Tiragem: 9.000
Assessoria de Comunicação do Sinal: Aipy Imprensa Design
www.aipy.com.br

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.
O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos artigos assinados.

NESTA EDIÇÃO

CRESCIMENTO & ESTABILIDADE

Inflação em ritmo eleitoral

Página 4

CONGRESSO NACIONAL

Os direitos de 11 milhões de servidores

Página 14

ENTREVISTA WADIH DAMOUS

Reforma política só sai com nova Constituinte

Página 20

PASSIVO JUDICIAL

Devo, mas pago quanto quiser

Página 28

25ªAND

Sinal recarrega suas baterias

Página 34

CONGRESSO X GOVERNO

A hora e a vez dos aposentados

Página 38

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Pisca-alerta para a cultura do consumo

Página 40

PRATA DA CASA

O resgate de uma história

Página 47

ARTIGOS

Ricardo Luis Piccoli e José Paulo Vieira
Sergio da Luz Belsito
Dra. Vera Mirna
Aparecido Sales

Inflação em ritmo eleitoral

Paulo Vasconcellos

Com o olhar já posto nas eleições de 2014, oposição acompanha com lupa a política econômica do governo Dilma. Qualquer elevação de preço vira "ameaça de surto inflacionário"

A mais de um ano e meio da eleição presidencial de 2014, a campanha começa a esquentar não só com a mudança do tom nos discursos dos virtuais candidatos, mas também nas conversas em torno da formação de alianças e no clima de palanque que inflama qualquer cerimônia de inauguração de obra.

A política econômica do governo Dilma Rousseff está na mira da oposição, que acompanha com lupa dois índices em especial: a taxa de crescimento do país e os indicadores de um novo surto inflacionário. Por mais que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, insista que a inflação está controlada e que o Banco Central continua ativo e vigilante, não há elevação de preço que não atice os ânimos oposicionistas e embale o noticiário econômico dos jornais. No fim de março, a pressão levou a presidente Dilma a se inflamar com uma suposta manipulação das declarações que havia dado sobre a inflação num encontro dos representantes dos países emergentes que integram o BRICS, em Durban, na África do Sul, quando disse não concordar com políticas de combate à inflação que implicam na redução do crescimento econômico. Como o mercado interpretou a declaração como uma ingerência sobre a autoridade monetária e reduziu as suas expectativas sobre a retomada da taxa de juros, Dilma voltou à carga com artilharia pesada: "Foi uma manipulação inadmissível de minha fala.

O combate à inflação é um valor em si mesmo e permanente do meu governo", afirmou a presidente.

"A presidente Dilma Rousseff sabe que não será reeleita com inflação alta. Inflação alta mata o projeto de redistribuição de renda porque corrói os salários. Por isso o governo está ajustando os mecanismos. Ainda não está muito claro qual a taxa de juros que pode prevalecer e qual o modelo do Banco Central. Há pressão inflacionária externa com o custo das *commodities* e pressão inflacionária interna com os salários, mas a inflação ainda não fugiu da meta. Está acima do centro da meta, mas ainda dentro da meta", diz Laura Barbosa de Carvalho, professora da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Esta é a opinião também de Fernando Ferrari Filho, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). "A inflação atual não é preocupante. Primeiro, porque, mesmo que anualizada e que atinja o topo do intervalo superior, 6,5%, é menor do que a inflação média do período de metas de inflação, 1999-2012, que é da ordem de 6,7% ao ano. Segundo, porque ela não é necessariamente de demanda", afirma. Para Ricardo Picolli, da Gerência Técnica em Porto Alegre do Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias (GTPAL/Desuc) do Banco Central, há uma overdose de atenção sobre a inflação. "Em 2012, ela fechou ainda dentro da meta. A questão principal é por que ainda temos inflação. O momento no Brasil é de desemprego mais baixo do que na Alemanha. Nossa inflação é consequência de políticas econômicas e estruturação social. Ela não é uma *benesse*, mas é necessária no momento", completa.

O Sinal não está alheio a esse debate. Segundo Aparecido Francisco de Sales (Sinal-SP), professor-convidado no MBA em Banking da Universidade São Caetano do Sul e membro do conselho editorial da revista **Por Sinal**, "é prematuro afirmar que há descontrole inflacionário. Basta consultar o Boletim Focus, publicado pelo Banco Central, que consolida a opinião dos economistas do sistema financeiro: a previsão é que a inflação continue com a tendência de convergência para o centro da meta". Sales acredita que os mecanismos utilizados pelo BC, junto a uma comunicação adequada, possam reduzir a ansiedade do mercado por aumento de juros, "que viria prejudicar ainda mais a já incipiente capacidade de investimentos governamentais". Para o diretor de Relações externas do Sinal, o também economista José Ricardo da Costa e Silva, a inflação não assusta, mas preocupa, pois tem estado persistentemente em patamares elevados, apesar do baixo nível de atividade da economia brasileira. "No ano passado, vimos um fenômeno que não víamos há tempo: a estagflação, que é o elevado aumento nos preços combinado com o baixo nível de atividade, embora não se tenha observado o aumento no desemprego típico da estagflação, avalia.

▶ Discurso inflacionário

Não é o que leem os leitores dos principais jornais brasileiros. "Este é o pior momento da inflação em 2013. Se você está sentindo um peso no bolso na hora de fazer as compras, principalmente de alimentos, não é impressão sua. A inflação de alimentos está em 12,5% e, em março, pode chegar a 13% ou passar desse patamar no acumulado em 12 meses. E o IPCA cheio deve estourar o teto da meta. Este é o pior momento, mas ao longo do ano, a inflação tende a cair. A de serviços também está alta, em 8,7%", escreveu a colunista Míriam Leitão em seu *blog* no jornal O Globo do dia 13 de março. "Também as pressões inflacionárias que começam a crescer em razão de descompassos de oferta em mercados importantes serão enfrentadas com medidas paliativas, como redução de impostos na ponta do consumo. Até mesmo a política de superávit fiscais primários, que tem permitido uma redução continuada da dívida pública, será imolada no altar da reeleição", escreveu o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro das Comunicações do governo Fernando Henrique Cardoso, na coluna que assina a cada duas semanas no jornal Folha de S. Paulo.

Por trás do discurso inflacionário, mal se esconde a tentativa de minar o governo petista às vésperas de uma eleição em que a oposição tem poucas fichas para se apresentar como alternativa. Há menos de um mês, o principal candidato oposicionista, o tucano Aécio Neves, alertava que a inflação voltou – sem lembrar que, em 2002, antes de

Fernando Henrique Cardoso passar o bastão a Luiz Inácio Lula da Silva, ela chegou a mais de 12%. O senador do PSDB disse ainda que há descontrole fiscal porque, segundo ele, o superávit ficou em 2,8% e foi "maquiado". "Em prol da governabilidade, o PT maculou um projeto para o país e manteve o tripé macroeconômico, mas o conservadorismo em alerta não admite que o Brasil, socialmente, está mudando", diz Fernando Ferrari Filho.

▶ Recado à sociedade

Até agora, o governo Dilma Rousseff limitou-se a ensaiar uma resposta mais de discurso do que na prática. Num encontro com empresários e economistas, promovido pela Câmara de Comércio França-Brasil em São Paulo, em 22 de março, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fez questão de salientar que a autoridade monetária já havia dado um recado à sociedade ao manifestar a sua preocupação com o nível e a resistência da inflação, mas que diante das incertezas tem atuado com cautela. "Ações foram tomadas, mas é plausível afirmar que outras poderão ser necessárias. Para decidir sobre isso, o Banco Central irá acompanhar a evolução do cenário macroeconômico", disse Tombini. "O foco da política monetária tem sido e continuará a ser exclusivamente a manutenção da estabilidade de preços. A sociedade brasileira sabe que taxas de inflação elevadas geram distorções na economia, elevam os prêmios de risco, deprimem os investimentos, subtraem o poder de compra de salários e reduzem o potencial de crescimento da economia."

> **"A presidente Dilma sabe que não será reeleita com inflação alta. Inflação alta mata o projeto de redistribuição de renda porque corrói os salários. Por isso o governo está ajustando os mecanismos.**
>
> LAURA BARBOSA DE CARVALHO
> Professora da FGV-SP

O que os indicadores registram é que oscilações inflacionárias têm sido constantes na História recente do país e que os números atuais talvez não sejam suficientes, por enquanto, para acender a luz vermelha. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a "inflação oficial" do país, por ser usado como base para as metas do governo, passou de 0,60%, em novembro, para 0,79%, em dezembro, fechando 2012 em 5,84%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2011, a inflação oficial avançara 6,50% e, em dezembro do mesmo ano, 0,50%. Em dez anos de sequência histórica, a inflação anual do ano passado foi a quinta mais baixa. O índice, em 2003, foi de 9,30%, depois de ter chegado a 12,5%, em 2002. Em 2004 caiu para 7,60%. Baixou mais ainda, para 5,69%, em 2005. Em 2006 foi a mais baixa nos últimos dez anos: 3,14%. No ano seguinte subiu para 4,46%. Em 2008 atingiu 5,90% e, em 2009, voltou a recuar, agora para 4,31%. Em 2010 chegou a 5,91%. E fechou 2011 em 6,50%.

▶ De olho nos juros

Apesar desse desempenho, o barulho em torno da inflação cresce, principalmente às vésperas das reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), que define a taxa básica de juros, a Selic, a cada 45 dias. É com base nela que praticamente todas as demais taxas de juros são calculadas, desde a remuneração da poupança até a prestação do carro. Uma Selic baixa significa a possibilidade de juros mais baixos para toda

a economia. Já uma Selic nas alturas joga para cima todos os demais juros do país. Em outubro, o Banco Central reduziu a taxa Selic ao nível mais baixo da história: 7,25% ao ano. Em abril, quando a inflação bateu levemente o texto da meta, decidiu aumentar a taxa mais 0,25%. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a Selic chegou a 45%. Na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva oscilou entre 26,5% e 8,75%. A Selic é importante porque define o custo do dinheiro no Brasil, ou seja, o rendimento que os donos do dinheiro – bancos e investidores – terão em cada tipo de investimento. Com a Selic muito alta, quem tem dinheiro para investir escolhe colocá-lo em opções que remuneram de acordo com a taxa básica de juros, como os títulos da dívida pública. É um tipo de investimento que não traz grandes riscos ao investidor, mas propicia margens de lucro atrativas. Quando a Selic está baixa, porém, a rentabilidade cai -- e o investidor que quiser fazer dinheiro com seu dinheiro procura outras opções.

No penúltimo encontro, realizado nos dias 6 e 7 de março, o Copom optou por manter a Selic em 7,25%, embora o IPCA, medido pelo IBGE, tenha registrado alta de 0,6% e a inflação acumulada para os últimos 12 meses, de 6,31%, tenha ficado muito perto da meta. A reação desta vez foi mais barulhenta com a publicação da ata do Copom porque, apesar de ter identificado que a inflação está espalhada e resistente, o documento recomenda que a política monetária deve ser usada com cautela. "A ata do Copom tem um parágrafo surrealista. O BC admite que a inflação pode se acomodar em patamar mais alto. Dito isso, a conclusão só pode ser elevação de juros, a ferramenta que se tem para lutar contra o problema", escreveu Míriam Leitão, no jornal O Globo, em 17 de março. "A ata do Copom confunde mais do que explica", insistiu o âncora e comentarista econômico Carlos Alberto Sardenberg, na rádio CBN. "Quando se eleva a taxa de juros, você combate a inflação que vem por aumento da demanda. Porém, a inflação no Brasil, atualmente, resulta de uma alteração estrutural da distribuição de renda em direção ao setor de serviços (inclusive com salários melhores) ou de pressões localizadas de custos. Não resulta deste excesso de demanda", disse o economista Pedro Paulo Bastos, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ao Jornal do Brasil. "Economistas que defendem a elevação da Selic mesmo quando a inflação não é de demanda, mas de custos, defendem o interesse de quem perde lucro com os juros menores."

▶ Perdas e ganhos

É o caso dos bancos. Sete meses depois de a presidente Dilma Rousseff ir à TV revelar a posição do governo contra os juros altos, parte dos maiores bancos em operação no país anunciou demissões e queda nos lucros. O Itaú Unibanco encerrou o ano passado com lucro líquido de R$ 13,594 bilhões, queda de 7% em relação ao ano anterior, mas ainda assim o segundo melhor resultado da instituição na História, atrás apenas de 2011, quando ganhou R$ 14,621 bilhões. O Banco do Brasil fechou o ano com lucro líquido de R$ 12,2 bilhões, uma alta de 0,7% em 12 meses e o maior lucro da história do banco. O Bradesco teve, em 2012, lucro de R$ 11,38 bilhões, cerca de 3% acima da cifra registrada um ano antes. Já o Santander Brasil fechou com lucro líquido de R$ 6,329 bilhões, um recuo de 5% sobre 2011.

No ano em que acirrou a disputa com os bancos privados, a Caixa Econômica Federal teve lucro de R$ 6,1 bilhões, resultado 17,1% maior do que no ano anterior e recorde histórico do banco estatal. O HSBC Brasil teve lucro líquido de R$ 1,3 bilhão em 2012, queda de 2,6% ante o ano anterior. Para compensar, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander encerraram o ano com tarifas e preços dos serviços reajustados em 16%, 8% e 11%, respectivamente.

O dinheiro que ano após ano enchia os cofres dos bancos brasileiros tinha sua origem nos juros altos, materializado na taxa Selic. Em 2010, eles ficaram entre os mais rentáveis do planeta. Segundo uma pesquisa da revista inglesa The Banker, a rentabilidade média dos bancos do país alcançou 32% sobre o capital – menor apenas que a dos bancos do Paquistão, com 36,4%. No total, os lucros bancários representaram 5% dos lucros totais dos mil maiores bancos globais, de acordo com o levantamento. Em 2007 tinham sido de 3%. De 2000 a 2010, a soma do lucro dos bancos brasileiros, de acordo com o levantamento do *blog* do bancário Eduardo Diniz, feito com base em balanços oficiais à disposição na internet, teve como resultado R$ 269.345.377 bilhões. Nada menos de 33% foram conquistados apenas nos últimos dois anos. Em 2010 os bancos lucraram aproximadamente R$ 46 bilhões. Em 2009, algo em torno de R$ 41 bilhões. Seis bancos abocanharam 95% do lucro: Itaú-Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco, Santander, CEF e HSBC. O Itaú lucrou R$ 10,06 bilhões, em 2009, e R$ 13,3 bilhões, em 2010; no Banco do Brasil o lucro foi de R$ 10,1 bilhões, em 2009, e de R$ 11,7 bilhões, em 2010; no Bradesco, R$ 8,01 bilhões e R$ 10,02 bilhões; no Santander, R$ 5,5 bilhões e R$ 3,86 bilhões; na Caixa, o lucro foi de R$ 3,0 bilhões, em 2009, e R$ 3,7 bilhões, em 2010; e por último o HSBC, que lucrou R$ 766 milhões, em 2009, e R$ 1,2 bilhão, em 2010. Os demais bancos lucraram R$ 3,6 bilhões, em 2009, e R$ 2,6 bilhões, em 2010.

"Nos últimos anos, nosso sistema bancário tornou-se um dos mais sólidos do mundo, e está entre os que mais lucraram", afirmou Dilma Rousseff na mensagem em que anunciava a guerra aos juros altos. "Isso tem lhes dado força e estabilidade, o que é bom para a economia, mas isso também permite que eles deem crédito melhor e mais barato aos brasileiros." Afinal, "a taxa básica Selic está caindo, a economia se mantém estável e a maioria esmagadora dos brasileiros honra com presteza e honestidade seus compromissos."

A inflação no Brasil, atualmente, resulta de uma alteração estrutural da distribuição de renda em direção ao setor de serviços (inclusive com salários melhores) ou de pressões localizadas de custos. Não resulta deste excesso de demanda.

PEDRO PAULO BASTOS
Professor da Unicamp

▶ Novos tempos

Foi assim que Dilma justificou a batalha do *spread* contra os bancos privados, que então começava a ser travada pelo Palácio do Planalto por meio dos dois maiores bancos públicos do país: Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. *Spread* é o termo em inglês utilizado pelo mercado financeiro para se referir à diferença entre os juros que os bancos pagam ao captar dinheiro (em geral, com uma taxa próxima à Selic)

e os juros que cobram para emprestar esse mesmo dinheiro. É dessa diferença que bancos e instituições financeiras retiram parte de seu lucro, e todos os economistas concordam que o *spread* praticado no Brasil está entre os maiores do mundo. Em abril de 2012, antes das medidas do governo, o *spread* brasileiro estava em 27%. Em setembro, caiu para 22%, de acordo com dados do Banco Central. Os números do *spread* são obtidos pela média entre os juros praticados por todos os bancos e todas as linhas de crédito existentes no país, dos mais altos (cheque especial e cartão de crédito) aos mais baixos, como o crédito consignado. Países com nível de desenvolvimento semelhante ao Brasil, como México, Argentina, Índia ou África do Sul, sustentam *spreads* de 3% ou 4%.

"Em tempos de crise global e recessão, a preocupação deve ser a atividade econômica e o nível de emprego. A maioria dos bancos centrais está com as atenções voltadas para a atividade econômica, à custa da inflação, civilizada, naturalmente. No Brasil, não está sendo diferente. A prioridade deve ser colocar o país nos trilhos do crescimento sustentável", diz Fernando Ferrari Filho. "Há uma pequena margem para aumentar a taxa de juro, como querem os monetaristas, mas o melhor seria o governo aumentar massivamente no investimento no setor produtivo", sugere Ricardo Picolli. "Pode-se controlar a inflação, eliminar, não. O governo desonerou a folha de diversos setores da economia, da cesta básica, do preço da energia elétrica e a inflação mostra-se resistente. Os empresários têm embolsado a redução que deveria ser repassada aos preços finais, ou seja, aumentado a margem de lucro", diz Aparecido Sales. "Falta às autoridades deixar claro que não optaram por mais desenvolvimento e menos estabilidade de preços. Este dilema inflação x crescimento só existe no curtíssimo prazo. No médio e no longo, não. No longo prazo o que garante inflação baixa é a certeza de que no futuro haverá inflação baixa. Então precisamos mudar os sinais emitidos pela atual administração e dar tranquilidade à população (e aos agentes econômicos) quanto ao compromisso desta administração com a estabilidade de preço", reforça José Ricardo Costa e Silva. "Tanto o governo como o Banco Central estão atentos à inflação, mas é preciso considerar que houve mudança de regime. Antes, a inflação era controlada pelo câmbio. Os juros altos atraíam capital externo e ajudavam a combater a inflação. Era a âncora cambial, que funcionava mais do que o crédito. O governo mudou de regime e desvalorizou o câmbio para trazer mais competitividade para a indústria. A mudança trouxe efeitos na inflação em 2012, que ainda prevalecem. Os importados ficam mais caros e os contratos indexados. A inflação passou a ser uma preocupação menor. Aceitou-se uma taxa maior por causa das mudanças. A ideia de que ou cresce a economia ou gera inflação não faz muito sentido. Num ano pré-eleitoral tem que controlar a inflação para não matar o crescimento", adverte Laura Barbosa de Carvalho.

"Falta às autoridades deixar claro que não optaram por mais desenvolvimento e menos estabilidade de preços. Este dilema inflação x crescimento só existe no curtíssimo prazo. No médio e no longo, não. No longo prazo o que garante inflação baixa é a certeza de que no futuro haverá inflação baixa.

JOSÉ RICARDO COSTA E SILVA
Economista, Sinal-DF

INFLAÇÃO RETORNA AO CENTRO DOS DEBATES

José Paulo Vieira*
Ricardo Luis Piccoli**

Inflação é tema relevante. O seu controle foi uma conquista da sociedade brasileira que deve ser mantida; todavia, o debate econômico mostra-se contaminado, e cabe separar o que é ruído do que é fator real de preocupação.

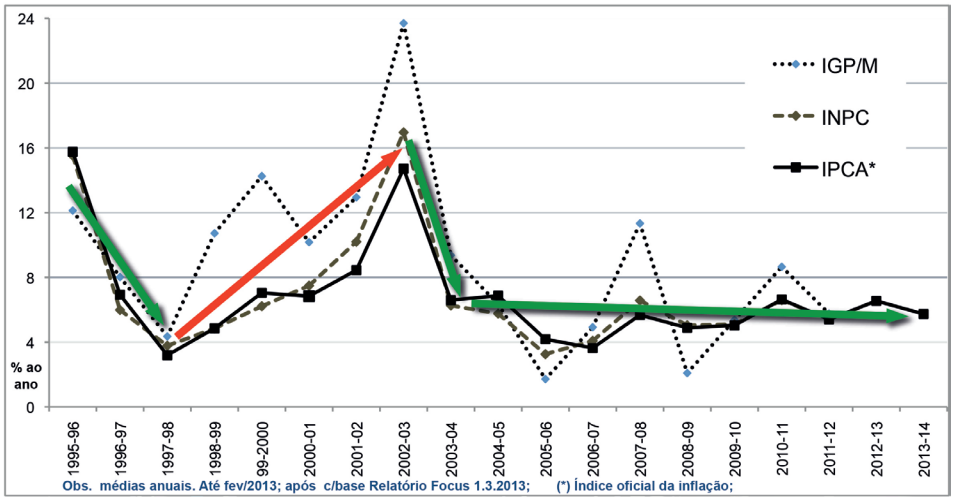
Em 14 anos de vigência do "Sistema de Metas de Inflação", em apenas três anos a meta não foi cumprida. Nos primeiros dez anos de estabilização (1994-2004), a inflação mostrou-se menos comportada, tornando-se mais regular na segunda metade do período (ver gráfico).

Dois mil e doze consagra o nono ano consecutivo de sucesso no atendimento da meta de inflação. Resgatamos, historicamente, que a adoção do Plano Real, em 1994, adotou um regime de bandas cambiais, o qual possibilitou uma queda inicial da inflação, todavia, com alto custo em termos de privatizações, desnacionalizações, empréstimos externos e forte queda nas reservas em moeda estrangeira, culminando com o ataque cambial especulativo do início de 1999.

Em 1º de junho de 1999, o Brasil adotou o regime de metas de inflação, com câmbio flutuante, objetivando coordenar as expectativas dos mercados e controlar a inflação. Esse regime parte de uma meta de inflação (determinada pelo CMN), a qual é perseguida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), através da calibragem da taxa de juros e de instrumentos macroprudenciais. A meta atual é de 4,5%, com margem de tolerância de 2%. Se a taxa de inflação situar-se fora desses limites, o presidente do BC deve formalizar justificativas ao ministro da Fazenda, incluindo as providências e o prazo para o retorno aos limites estabelecidos.

Apesar do novo regime, a inflação mostrou-se resiliente e ascendente em todo o período, de 1998 a 2003, frustrando a meta nos três últimos anos: em 2001 o IPCA registrou 7,67% (o teto era 6%); em 2002 atingiu 12,53% e em 2003, 9,30% (nos dois anos a meta foi 6,5%). Foram as três maiores marcas do período do regime de metas.

Desde então, em todos os anos a meta foi atendida. Este sucesso, acompanhado da geração de superávits primários consistentes e da redução da dívida pública (34% do Produto Interno Bruto – PIB), impacta positivamente na saúde dos mercados financeiros e de capitais e contribuem para que a economia brasileira, hoje, apresente sólidos indicadores de solvência e de liquidez e baixos prêmios de risco. Concordamos com a avaliação do Copom (ata 173ª item 21) de que estas são transformações com elevado grau de perenidade. Evidente que reversões pontuais e temporárias são normais, em face dos ciclos econômicos. Em período mais recente, as oscilações da inflação estão ligadas à



aceleração do crescimento econômico e a mudanças estruturais do padrão de desenvolvimento do país, como será analisado adiante.

▶ Focos de pressão inflacionária

Mesmo com a evolução positiva apresentada no Gráfico, constata-se hoje uma resistência pontual da inflação, a qual vincula-se ao excepcional desenvolvimento social estabelecido no Brasil, nem tanto por seus números absolutos (PIB), mas pelos seus efeitos inclusivos e distributivos. Estudos da Unicamp concluem que a atual inflação decorre de uma alteração estrutural da distribuição de renda em direção ao setor de serviços (devido aos salários melhores) e pressões localizadas de custos (alimentação).

O Brasil cresceu, distribuiu e gerou empregos. A distribuição de renda e a inclusão social de parcela da população (antes marginalizada) aos mercados (consumo) ampliaram significativamente a demanda, pressionando a oferta (produção), o que, naturalmente, pressiona a inflação. A ampliação da "oferta" torna-se prioridade urgente, o que constitui uma turbulência natural que será preciso atravessar, para alçar maior altitude de voo.

Os críticos da atual política econômica preferem aumentar os juros, aumentando os custos da produção (financeiro e de capital), travando o necessário aumento da oferta e provocando forte e desnecessária recessão. Por temer a turbulência, preferem abortar o voo.

▶ Um debate instrumentalizado

Apesar dos avanços na estabilização, a inflação retorna ao centro do debate econômico, carregada de críticas ao BC por, supostamente, não estar administrando, convenientemente, o regime de metas de inflação. Trata-se de um debate com forte viés de instrumentalização contra a atual política econômica, a qual busca estabilização da taxa de juros, competitividade da taxa de câmbio e melhor distribuição das rendas da economia, atributos indispensáveis para o fortalecimento do mercado interno e o crescimento sustentável. Todavia, o economista-chefe e sócio do Itaú Unibanco recomenda "reduzir o consumo e desaquecer o mercado de trabalho" (OESP, 5/3/2013, p. A02).

O aumento da demanda deve ser festejado, não combatido; a competitividade de nossa moeda deve ser promovida, não destruída. A inflação atual não decorre da taxa de câmbio (que continua apreciada, prejudicando a competitividade da indústria e fomentando gastos externos e remessas), nem da redução da taxa de juros (ainda hoje uma das mais altas do mundo). Todavia, os críticos insistem que a solução está no aumento das taxas de juros com a decorrente apreciação do câmbio.

São medidas que não beneficiam nem o consumo, nem a produção. Favorecem, largamente, os rentistas e especuladores, que poderão financiar o governo, a taxas mais altas e confortáveis. Os críticos também insistem que o Estado se "intromete" no financiamento da infraestrutura e da produção, impedindo o investimento privado e deslocando recursos que poderiam ser aplicados em outras áreas (como a social). Ora, se mesmo com esses investimentos estatais ainda subsiste o hiato "oferta/demanda", como entender o clamor privado por menor intervenção estatal? Se é necessária uma forte intervenção dos bancos estatais para que a taxa de juros baixe, como pode a banca privada invocar falta de espaço no financiamento? Cabem suspeitas de que são análises com viés.

O financiamento em infraestrutura e na modernidade produtiva, no Brasil, sempre teve o Estado como ator fundamental. Historicamente, o Estado criou capital e capacidade crítica produtiva, incentivando e financiando a vinda de tecnologias e capitais externos. Quando mais o fez, mais o país cresceu. Quando menos o fez, a iniciativa privada não se atreveu a fazê-lo. Não seria, então, em momentos de crise nas expectativas econômicas internacionais que o Estado deveria se isentar dessa tarefa.

Sem o Estado financiando a produção e a infraestrutura, a oferta seria ainda menor. E maior a pressão sobre a inflação. Os críticos da política econômica calam quanto à falta de iniciativa e investimentos privados, para diminuir a pressão sobre a oferta, e quanto à preferência do capital financeiro privado em financiar o governo, não a produção. Seu ideal é que o capital privado financie o governo e o

governo financie a infraestrutura e a produção; assim os riscos e eventuais ônus são "estatizados". Melhor ainda se as taxas de juros forem "adequadas". Entende-se, assim, seu interesse em maiores taxas de juros: proporcionam maiores rendimentos aos financiadores do governo. A inflação tem causas estruturais muito mais complexas do que aquelas passíveis de correção com a elevação das taxas de juros.

No que se refere à taxa de câmbio, sua depreciação implica a redução da competitividade da indústria nacional (já em forte processo de sucateamento). A ampliação das importações para pressionar os preços tem um efeito questionável sobre a inflação, mas indubitável no enfraquecimento da indústria. Pode-se considerar a sua utilização em momentos de "boom" de consumo, como elemento dissuasório em face dos empresários mais ávidos por aumento de preços, jamais em momentos de crise de produção. Dado que grande parte da pressão inflacionária decorre da falta de oferta, a solução está em estimular o investimento produtivo. Novamente, ao invés de abortar o voo, cabe enfrentar a turbulência.

▶ Conclusões

Em suma, o debate sobre inflação converge para duas conclusões. A primeira é que os remédios sugeridos pelos financistas para combater a escalada inflacionária são exatamente aqueles que aumentariam, ainda mais, o hiato "oferta/demanda". O segundo é que a celeuma sobre os riscos da inflação encobre interesses muito concretos, de quem quer manter o Estado como investidor de risco, e ainda como remunerador do capital financeiro a altas taxas de juros. Juros que aumentam a dívida interna, forçando o aumento da carga tributária, diminuindo a eficiência do sistema, gerando mais inflação e, assim, realimentando esse ciclo pernicioso.

Constata-se que o cenário atual é delicado para o governo, pois, além de controlar a inflação, necessita destravar os investimentos. Para isso, realiza dificílimas negociações com os empresários, nas quais, sem abrir mão de taxas de remuneração comedidas, pretende convencê-los a ampliar os investimentos. Ou seja, o governo busca reduzir o "custo Brasil" e pressiona os setores financeiro, de energia, telecomunicações, saúde, portos/transportes, entre outros, ao mesmo tempo em que necessita ampliar os investimentos da economia.

O que está em disputa é uma mudança estrutural do país (ao menos seu início). É nesse ambiente que assistimos a uma inédita deflagração – antecipada – da disputa de 2014, pois Aécio Neves, Eduardo Campos, Marina e Gabeira já se colocaram em campo. Resulta desse fato a óbvia amplificação das naturais críticas à política econômica vigente, em contexto propício à radicalização do debate para muitos críticos, aos quais não importa o "mérito" da temática inflação, tampouco os progressos em seu controle, mas sua utilização como instrumento de desconstrução da atual política econômica.

Como a inflação alta já causou traumas no passado, é usada hoje, psicologicamente, para incutir a "necessidade" de altas taxas de juros e desconsiderar o verdadeiro debate, que é estruturar o desenvolvimento.

Sem o Estado capitaneando o investimento (com parceria privada), nosso país não conseguirá acompanhar o crescimento necessário para aproveitar as oportunidades que se vislumbram, ou, quiçá, ter fôlego para escapar das ameaças e crises, via de regra provocadas por aqueles que, ironicamente, receitam cartilhas econômicas e ideológicas.

Observa-se, a partir da crise financeira mundial de 2008, que as teses monetaristas e liberais predominantes começam a dar espaço às teses keynesianas e desenvolvimentistas, com participação mais ativa do Estado, além da moderação anticíclica, também no fomento ao investimento e à distribuição de renda.

Nossa proposta segue esse espírito, buscando os nossos próprios modelos para que o Brasil continue crescendo e distribuindo renda sem inflação, e guardando distância das receitas e cartilhas, viesadas que são por outros interesses que não os da produção, do trabalho, do consumo e da cidadania.

(*) Área de Supervisão Bancária — Regional de São Paulo-SP
(**) Área de Supervisão Não Bancária — Regional de Porto Alegre-RS

Os direitos de 11 milhões de servidores

A regulamentação do direito de greve e da negociação coletiva do servidor ganhou novo fôlego no Congresso com a proposta de consenso encaminhada pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). O senador Paulo Paim, do PT gaúcho, vai ser o relator do projeto do Fórum

Os servidores públicos esperam que até junho, mês em que será realizada, na Suíça, a 102ª Conferência Anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil, finalmente, regulamente o direito de greve e a negociação coletiva dessa categoria de trabalhadores, conforme estabelecido pela Convenção 151 da OIT, ratificada pelo governo brasileiro em 2010, 30 anos depois de promulgada. "A intenção é que o Brasil possa participar como país que aplica a convenção", resumiu o secretário-geral da União Internacional de Sindicatos de Servidores Públicos (UIS), Sebastião Soares da Silva.

A mesma expectativa tem o secretário de Assuntos de Servidores Públicos da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Lineu Mazano, ao lembrar que os servidores já são a segunda maior categoria de trabalhadores do país, com um contingente de 11 milhões de pessoas. Na opinião do secretário-adjunto de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Pedro Armengol, será uma "vergonha" o Brasil aparecer na reunião da OIT sem ter regulamentado os direitos do servidor público, previstos na Convenção.

Uma avaliação mais realista dos rumos dessa discussão aponta, porém, que, antes da regulamentação, é necessário que a presidente Dilma Rousseff se reaproxime dos sindicalistas e de seus representantes no Congresso Nacional – são 83 deputados e oito senadores –, dos quais se afastou há algum tempo. O senador Jayme Campos (DEM-MT), que faz parte desta bancada, concorda que a regulamentação depende de vontade política do Executivo.

Na opinião do assessor parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Marcos Verlaine, o direito de greve, de fato, já é exercido, na prática, pelos servidores. "O que eles não têm, é com quem negociar", diz. Ele avalia que até hoje o governo não assimilou a importância da negociação com o funcionalismo. "O governo federal tem dificuldade de lidar com esse assunto, porque o passivo é grande e ele prioriza a política de austeridade econômica." De acordo

com Verlaine, o governo entende que resolveu a questão das carreiras e deixa as outras demandas em banho-maria.

▶ Projetos de Deus e do mundo

O que não faltam são projetos em tramitação na Câmara dos Deputados (23) e no Senado Federal (nove) regulamentando a greve e a negociação do funcionalismo, desde os mais liberais, até os ultraconservadores, a exemplo do defendido pelo senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), que só reconhece como "lícitas" as greves realizadas depois de esgotadas todas as tentativas de acordo, mediação e arbitragem. "Há projetos de Deus e do mundo", desabafa o senador Paulo Paim (PT-RS), acrescentando que o dele é o oposto do apresentado pelo senador Nunes que, na sua avaliação, proíbe a greve do funcionalismo.

Pelo projeto do senador do PSDB, de número 710/2011, se a greve for considerada ilegal, os servidores ficarão sem a remuneração dos dias parados, e até mesmo proibidos de contar como tempo de serviço o restante trabalhado. O projeto também define as atividades essenciais que são proibidas de entrar em greve: segurança pública, defesa civil, saúde, necropsia, produção de gás e combustíveis, telecomunicações, serviços judiciários e diplomáticos.

Já o senador do PT abriu mão do seu próprio projeto para abraçar o construído em consenso pelas entida-

Apesar da pressão e mobilização dos servidores, até hoje o governo Dilma ainda não assimilou a importância da negociação com o funcionalismo público

A partir do relatório do senador Paulo Paim, as propostas de regulamentação do direito de greve e negociação coletiva do Fonacate vão tramitar no Senado como sendo da própria Comissão de Direitos Humanos.

des representativas das carreiras típicas de Estado. "Ele resume a média do pensamento da sociedade brasileira e, por isso, tem condições de ser votado ainda neste semestre", afirma Paim, relator do projeto encaminhado pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). O assunto foi tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da Casa. O presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), acredita que a iniciativa provocará o Poder Executivo a enviar uma proposta ao Parlamento.

A partir do relatório do senador Paulo Paim, as propostas de regulamentação do direito de greve e negociação coletiva do Fonacate vão tramitar no Senado como sendo da própria Comissão de Direitos Humanos. O projeto, ainda sem número, dispõe sobre as relações do trabalho, o tratamento de conflitos, o direito de greve e regulamenta a Convenção 151 da OIT, estabelecendo as diretrizes de negociação coletiva no âmbito da administração pública da União, dos estados, Distrito Federal e os municípios.

Marcos Verlaine cita também o projeto de lei 4.497/2002, da deputada Rita Camata (PSDB-ES), esquecido em uma das gavetas da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que procura definir e regulamentar o direito de greve para funcionários e empregados públicos que prestam serviços para a administração direta e indireta. Mas, segundo ele, se não houver negociação com o governo federal, vai ser difícil qualquer projeto passar pelo bloqueio da presidente Dilma. "Pode até ser aprovado, mas ela veta. Ou seja, será uma regulamentação para inglês ver", assinala.

▶ Luz de alerta

O presidente do Instituto do Trabalho Dante Pellacane, Carlos Pereira, acredita que há interesse do governo em um acordo para regulamentar as relações de trabalho com o funcionalismo, a fim de reduzir a tensão criada pela forma com que os servidores foram tratados em 2012. "Inicialmente, o governo não tinha o menor interesse em negociar com o funcionalismo, mas foi surpreendido pelo movimento e duração da luta por aumento salarial, no ano passado", disse, acrescentando que "o governo queria empurrar o movimento 'com a barriga', mas sua extensão e profundidade acenderam a luz de alerta".

Diante desse fato, Carlos Pereira está convicto de que tanto a incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro da Convenção 151, estabelecida no decreto 7.944 da Presidência da República, quanto a volta do Ministério do Trabalho como protagonista demonstram que há espaço para a negociação do direito de greve e da negociação coletiva. "A internalização da Convenção 151 da OIT foi o fato mais significativo do interesse de reaproximação dos servidores do governo Dilma Rousseff", acredita.

Uma nova maneira de desenvolver competências e **entregar resultados**

CAPACITAÇÃO
- Treinamento
- Desenvolvimento
- Educação

CONSULTORIA
- Gestão Corporativa
- Financeira
- Econômica

SELEÇÃO EXECUTIVA
- Média Gerência
- Alta Gerência
- Diretoria

PROJETOS DE APRESENTAÇÃO
- Roteiro
- Construção de Slides
- Coaching

Ligado à Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central e voltado para os mercados privado e público, o Instituto conta com 250 consultores qualificados, em todo o Brasil. Um time orientado para descomplicar o complicado.

Solicite uma visita e saiba como.

www.ifenasbac.com.br
61 3226-4418 / 3323-1055
ifenasbac@ifenasbac.com.br

Instituto Fenasbac
Excelência Profissional

Previsão do tempo

Sergio da Luz Belsito

O governo da presidente Dilma ganhou algum fôlego no cabo de guerra que travara com o funcionalismo público ao firmar, em 2012, acordo de reposição parcial das perdas salariais. Mas o armistício pode ser suspenso e ser aberto novo flanco de enfrentamento caso as previsões de alta da inflação se confirmem, pelo menos, por parte das entidades representativas, que pertencem às chamadas carreiras exclusivas de Estado, com importância fundamental para os projetos estratégicos do governo.

As condições para que o funcionalismo assinasse a proposta do governo foram aceitas dentro de um contexto. Qualquer mudança de cenário que represente mais perdas salariais exigirá novas bases de negociação. O funcionalismo está atento e vai reagir às mudanças "atmosféricas" da inflação. Se as nuvens ficarem cinzas e pesadas, vamos pedir a revisão do contrato firmado.

Esse pequeno contingente, 7% de todo o funcionalismo, pertence a cinco núcleos essenciais do aparelho de Estado: o do sistema financeiro (Banco Central, Superintendência de Seguros Privados – Susep e Comissão de Valores Mobiliários – CVM); o de arrecadação (Receita Federal e Auditoria do Trabalho); o de regulação (agências reguladoras); o de infraestrutura (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte — Dnit e especialistas e analistas de infraestrutura); e o de segurança pública (agentes, papiloscopistas e escrivães da Polícia Federal).

Entidades das carreiras típicas de Estado defendem a manutenção da atual política econômica. O pessoal do núcleo financeiro, por exemplo, é que maneja os mecanismos que levaram à redução da taxa de juros, ao controle do câmbio e da inflação, temas considerados chave para a estabilidade financeira do país. As carreiras da auditoria da Receita e do Trabalho, respectivamente, cuidam da arrecadação dos tributos (impostos, contribuições e taxas) e do combate ao trabalho degradante, fundamentais, portanto, para garantir recursos no Tesouro, especialmente neste momento de crise econômica e de desoneração de tributos, e dignidade aos trabalhadores brasileiros.

Os servidores das agências reguladoras, neste momento em que o governo implementa o chamado *PAC das Concessões* (aeroportos, portos, rodovias, ferrovias e energia), serão fundamentais para fiscalizar e regular os concessionários e prestadores de serviço, de modo que os consumidores e a população em geral recebam serviços de qualidade e a preço justo. O pessoal da infraestrutura, que é responsável pela execução, no caso dos servidores do Dnit, e pelo planejamento, fiscalização e gestão das obras, no caso dos analistas e especialistas em infraestrutura, faz parte de outro programa fundamental da presidente Dilma.

Finalmente, os agentes, papiloscopistas e escrivães da Polícia Federal, além de cuidar das diligências e serviços de inteligência da Polícia, têm a responsabilidade de garantir a segurança dos grandes eventos que acontecerão no Brasil nos próximos anos, como a Copa das Confederações, a

Copa do Mundo e as Olimpíadas. Colocando em outras palavras, a condução da política econômica interessa, e muito, a essa parcela do funcionalismo, porque eventual erro vai afetar ainda mais o já corroído salário dos servidores.

As entidades das carreiras típicas de Estado defendem a manutenção da atual rota de controle da inflação e do estímulo à produção industrial. O remédio para evitar que se repitam nos próximos anos situações como essa, de exaustivas e instáveis negociações salariais, será a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da negociação coletiva no serviço público.

A organização sindical, seja no setor privado, seja no serviço público, segundo a Organização Internacional do Trabalho, pressupõe três condições: o direito de sindicalização, o direito de negociação e o direito de greve. No caso dos servidores públicos brasileiros, apenas o primeiro está assegurado legalmente. O processo de negociação no serviço público foi, em 2012, recheado de falhas e conduzido sem as regras nem os cuidados que temas dessa importância e complexidade requerem, conforme recomenda a Convenção 151 da OIT, recentemente ratificada pelo Brasil.

Houve falhas estruturais — como a ausência de regulamentação da própria Convenção 151 da OIT, a falta de uma política salarial, o descumprimento do preceito constitucional que obriga a revisão geral anual e a lacuna no direito de greve — e falhas conjunturais e de condução do processo. Essa convenção, embora não tenha o poder de tornar o que for negociado "lei das partes", pelo menos define o procedimento e os prazos para apresentação de propostas e conclusão da negociação, com todas as etapas do processo, sem surpresas nem improvisos, como ocorreu no ano passado.

> **A organização sindical, seja no setor privado, seja no serviço público, segundo a Organização Internacional do Trabalho, pressupõe três condições: o direito de sindicalização, o direito de negociação e o direito de greve. No caso dos servidores públicos brasileiros, apenas o primeiro está assegurado legalmente.**

O Congresso Nacional pode e deve ajudar na superação dessas falhas, seja estruturalmente, atuando para criar as condições para o pleno exercício da atividade sindical no serviço público, seja pontualmente mediando o atual conflito. No primeiro caso, os parlamentares podem tomar as providências para assegurar a revisão geral e propor a regulamentação do direito de negociação e o direito de greve, para evitar que problemas como os ocorridos este ano se repitam.

Finalmente, registre-se que mesmo que seja institucionalizado, com a Convenção 151 da OIT, o direito de negociação coletiva, isto não prescindirá da adoção de uma política salarial dos servidores públicos, com direito a revisão geral anual com índice que reponha o poder de compra, deixando o instrumento da negociação para aumentos reais e melhorias de condições de trabalho.

(*) Presidente do Sinal no biênio 2011-2013 e vice-presidente para Assuntos Institucionais do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate)
(**) Artigo publicado no jornal O Valor Econômico em 30/4/2013

Reforma política só sai com nova Constituinte

Convidado para presidir os trabalhos da recém-criada Comissão Estadual da Verdade, no Rio, o advogado Wadih Damous, ex-presidente da OAB-RJ, está correndo contra o tempo para cumprir uma extensa agenda de trabalho. Entre as prioridades, investigar as circunstâncias do desaparecimento de mais de 160 militantes políticos no estado; esclarecer as possíveis ligações entre o atentado da OAB, em 1980, e a explosão do Riocentro, em 1981; criar museus da memória em locais onde existiram centros de tortura. Em entrevista à Por Sinal, Wadih conversou também sobre outros assuntos, alguns polêmicos, como o julgamento da Ação Penal 470 e a corrupção no futebol. Sobre a reforma política, ele foi categórico: não basta o financiamento público das campanhas, é preciso uma reforma partidária que acabe com os interesses corporativos. Para isso, ele defende uma Constituinte exclusiva.

Na sua avaliação, como presidente da Comissão Estadual da Verdade no Rio de Janeiro, o que seria um final exitoso, digamos assim, para a Comissão? Onde começa e onde termina seu trabalho, sabendo que o prazo é curto?

Eu me pergunto, e indago de outros colegas: o que seria um fracasso de um trabalho como esse? Sinceramente, não tenho uma resposta absoluta em relação a isso. Vamos pegar um exemplo. Se descobrirmos quem pôs a bomba na OAB, a mando de quem, eu diria que o trabalho foi completamente exitoso, porque não sabemos até hoje quem foi que fez e quem mandou. Se não conseguirmos, teremos fracassado? Essa é uma resposta que eu não sei dar. Acho que dizer que fracassou é dizer que não cumprimos com a missão. Mas eu diria que a missão é tentar. Nós não temos o compromisso de chegar à verdade. É impossível! Agora, nós temos o compromisso de tentar chegar à verdade, não medindo esforços e usando todos os meios possíveis que a lei e a Constituição ofereçam para se chegar a ela.

Qual é a opinião da Comissão do Rio em relação ao sigilo dos depoimentos? Entidades de direitos humanos estão criticando a obrigatoriedade do sigilo, pelo menos no caso da Comissão Nacional, e defendendo o acesso às informações prestadas.

Não vou emitir opinião acerca do comportamento da Comissão Nacional. Em termos de funcionamento, de métodos e de filosofia do trabalho, nós podemos agir de uma forma e a Comissão Nacional de outra. Por isso vou falar apenas da Comissão Estadual, esclarecer como nós pretendemos trabalhar.

Primeiramente, nossas reuniões poderão ser acompanhadas pela imprensa. Se a imprensa tiver interesse, pretendemos divulgar nossa pauta previamente, ou seja, todos terão conhecimento do que naquela reunião será debatido. Se houver interesse, as portas estarão abertas. Não haverá esse tipo de restrições. Do nosso ponto de vista, a publicidade é a regra e o sigilo, a exceção. Se para preservar a informação for necessário estabelecer sigilo, nós vamos estabelecer sigilo. Se não houver necessidade, não haverá sigilo.

Muitas vezes, eles aceitam depor, mas desde que com a condição do anonimato. Então, vamos respeitá-los. Se alguém chegar aqui e disser "olha, eu vou dizer onde está enterrado o Rubens Paiva, mas não quero que o meu nome seja divulgado", eu vou aceitar. O interesse maior é saber onde está enterrado o Rubens Paiva.

Repito: a regra vai ser a transparência, a publicidade, o sigilo vai ser exceção.

■ O que vocês vão fazer para sensibilizar a população?

O que nós vamos tentar com a Comissão da Verdade no Rio é emocionar, é chamar a atenção da sociedade, sobretudo das gerações mais jovens. Nós queremos dizer a esses jovens que um dia o Brasil viveu tempos que não se vivem mais, e ainda bem! Se hoje eles podem sair reivindicando, protestando, criticando, antigamente não se podia. E muitos pagaram com a vida por conta disso. Então, é importante que se saiba que isso aconteceu, e que existem cidadãos brasileiros até hoje desaparecidos, cujas famílias não têm notícias do seu paradeiro. Queremos dar uma satisfação a essas famílias. Todo nosso trabalho aqui vai ser voltado para isso, com a maior transparência possível. Nós queremos muito levar esses trabalhos para faculdades, escolas.

■ Vocês pensam em se articular com os jovens que estão organizando movimentos para denunciar os crimes da ditadura militar, como é o caso do pessoal do "Escracho" e do "Lembrar é (Re) Existir"?

Sem dúvida! O que é o "Escracho"? É uma forma de julgamento. Já que o Supremo Tribunal Federal se recusou a julgar os torturadores, os meninos do Escracho fazem isso, julgam, pelo menos moralmente.

Nota da redação: *Os jovens do "Escracho" organizam manifestações na porta de locais, de moradia ou trabalho, de torturadores ou agentes da repressão já amplamente denunciados nos relatórios de familiares de mortos e desaparecidos, cujas histórias são pouco conhecidas pela sociedade. Os jovens do "Lembrar é (Re) Existir", por sua vez, produzem placas, com o nome e informações de desaparecidos políticos, que são colocadas nos locais onde estes moravam, ou foram vistos pela última vez.*

■ O Dops do Rio vai virar museu ou centro de memória? Estive visitando os centros de memória na Argentina, que coisa impressionante!

Existe uma reivindicação nesse sentido, mas também a resistência da Polícia no sentido contrário. A Polícia Civil entende que ali deve ser um museu da Polícia, que o Dops naquele local foi uma exceção, o que não é verdade. O Dops está lá desde a década de 1930. Depois virou prédio da Polícia, e o Dops era uma seção da Polícia Civil. Eu acho que essa resistência da Polícia Civil, além de ser nocivamente corporativa, não enfrenta a História como deveria ser enfrentada: que a Polícia Civil do Rio de Janeiro serviu à ditadura militar. Não só o Dops, defendemos ainda o tombamento do Doi-Codi e de todos os centros de tortura, de todos os locais onde presos políticos foram assassinados. E também apagar os registros públicos de nomes de ruas e pontes com nomes de ditadores. No Brasil, a ponte Rio-Niterói é a ponte Costa e Silva. Outro dia inauguraram uma escola Garrastazu Médici!

O que nós vamos tentar com a Comissão da Verdade no Rio é chamar a atenção da sociedade, sobretudo das gerações mais jovens. Nós queremos dizer a esses jovens que um dia o Brasil viveu tempos que não se vivem mais, e ainda bem!

■ Agora? Não faz sentido!

Agora. Na verdade, a escola já tinha esse nome. Ela estava fechada há alguns anos para reforma e foi reinaugurada com o mesmo nome. Não tem cabimento. Essa comparação com a Argentina é muito delicada. Na Argentina, no Chile, o alcance da repressão foi muito maior. Na Argentina, são 75 mil desaparecidos. Desaparecidos, tirando os mortos. Existe lá uma comoção social que não existe aqui. Uma colega esteve em Buenos Aires há três ou quatro semanas e soube de uma marcha com 200 mil pessoas! E isso permite que os torturadores, os ditadores vão pra cadeia e sejam condenados à prisão perpétua. Há uma série de fatores. Na Argentina, a história foi diferente. Aqui é muito mais difícil.

■ Pesquisando na internet, li uma declaração sua que faz todo o sentido, a respeito do presidente da CBF, José Maria Marin. Dizia que o Marin à frente da CBF é como se a Alemanha tivesse permitido um membro do partido nazista à frente do Mundial de 2014. Muita gente está se mobilizando para que ele renuncie, mas até agora, nada. O que é possível fazer no âmbito das Comissões da Verdade? É possível investigar, por exemplo, a participação dele na morte do Wladimir Herzog, sua amizade com torturadores? Nesse caso, seria a Comissão de São Paulo, não?

Como cidadão, assinei o abaixo-assinado pedindo a renúncia. Como presidente da Comissão, a CBF é sediada aqui no Rio, mas essas relações extrapolam o período dele como presidente da Confederação, que é recente. É uma questão que está sendo investigada pela Comissão de São Paulo. Nós fazemos coro. É de fato uma vergonha o Brasil ter como presidente da CBF uma pessoa como Marin. Parece que ele está envolvido em outras questões. Hoje tem a notícia de que estaria envolvido em uma negociata de R$ 70 milhões, dinheiro da CBF. É muito ruim o Brasil sediar um evento de magnitude global, mundial, tendo como presidente da CBF alguém com esse currículo.

■ Quem o sustenta? Que forças ocultas?

Esse negócio não começa só com o Marin. Futebol no Brasil é complicado. Veja o caso do João Havelange. Ele era da CBB, que foi sucedida pela CBF, depois virou presidente da Fifa. Homem extremamente conservador, ligado ao regime militar, era dono do futebol brasileiro. Depois, trouxe seu genro, Ricardo Teixeira, que ficou anos, e, agora, Marin. O futebol brasileiro, que é tão talentoso dentro de campo e conquistou glórias para o povo com a arte e o talento dos seus jogadores, fora de campo é um desastre! É uma ditadura, ninguém controla a CBF.

■ O Ministério dos Esportes não tem poder de fiscalização?

Tem poderes, mas não faz. Deveria. É Ministério dos Esportes. O futebol tem de ser comandado pelos clubes, e de forma democrática. Tem de ter alternância no poder.

O problema do deputado Feliciano é que ele é hostil a qualquer temática de direitos humanos. Na minha opinião, a Câmara dos Deputados não tem mais Comissão dos Direitos Humanos. Ela foi extinta com a eleição de Marco Feliciano

Li que o senhor quer ser presidente do Vasco.

É o meu grande sonho, mas não vou realizá-lo ainda. Fico muito entristecido que o Roberto Dinamite, que é meu ídolo, não está sendo um bom presidente.

Sobre a tão criticada eleição de Marco Feliciano para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, sabemos que ele não está ocupando esse cargo apenas pela força e votos do seu partido. Muitos deputados de partidos ditos progressistas o elegeram e agora estão sustentando-o. A que se deve isso?

O episódio do deputado Marco Feliciano revela uma das mazelas da vida política brasileira: a mistura, comum, explosiva e antidemocrática com a religião. O Estado brasileiro é

laico, e infelizmente não é assim que tem funcionado. Nós vimos, na última campanha presidencial, os dois principais candidatos, a própria presidente Dilma e o candidato de oposição José Serra, se curvando em troca de votos das igrejas. Isso é muito ruim. A liberdade religiosa tem de ser respeitada, mas ela é algo que diz respeito ao indivíduo. Ela só diz respeito ao Estado no sentido de o Estado respeitar o direito individual. O papel do Estado em relação à religião é de garantir a liberdade religiosa.

Outra mazela da vida política brasileira é o loteamento de cargos. Foi o que aconteceu no caso da Comissão de Direitos Humanos. Óbvio que nós entendemos que a política é um jogo às vezes de trocas, de negociação. Isso é perfeitamente normal, é democrático. Mas há temas que não podem entrar nessas negociações. Direitos humanos, por exemplo, não pode ser objeto de loteamento. E foi o que aconteceu. De qualquer jeito, não pode ser.

A Comissão de Direitos Humanos, até pela sua peculiaridade, pelas incompreensões que o tema direitos humanos gera em qualquer sociedade, sobretudo em uma sociedade conservadora como a brasileira, na qual foram criados o estigma e a convicção de que direitos humanos é coisa de bandido, pervertidos, permissivos, não pode cair em mãos de pessoas hostis. O problema do deputado Feliciano é que ele é hostil a qualquer temática de direitos humanos. Na minha opinião, a Câmara dos Deputados não tem mais Comissão dos Direitos Humanos. Ela foi extinta com a eleição de Marco Feliciano.

■ O senhor não acha estranho o silêncio de alguns parlamentares evangélicos, do campo progressista, como é o caso de Marina Silva e de Benedita da Silva?

Esse é o problema quando se envolve religião com política. Esses deputados que têm vinculação religiosa perdem a independência. Obviamente, tanto a deputada Benedita quanto a senadora Marina têm história de vida vinculada aos direitos humanos, sem sombra de dúvidas. Entretanto, no momento em que a voz delas se faz necessária, elas se calam.

■ Na sua avaliação, de que forma o julgamento da Ação Penal 470 – o chamado "mensalão" para alguns – contribuiu para o aprofundamento do processo democrático no Brasil? Quais foram os erros e os acertos nesse julgamento?

Acho que o julgamento dessa Ação Penal trouxe à tona alguns aspectos negativos da política brasileira. Não tenho a menor dúvida de que o Supremo Tribunal Federal foi pautado literalmente por interesses externos, pela imprensa e por determinados setores sociais. Até a data do julgamento foi pautada. Claramente se quis coincidir o julgamento com as eleições municipais do ano passado. E claramente o STF mudou a sua jurisprudência em relação a determinados aspectos para poder condenar alguns dos réus. Então, eu acho que esse julgamento, da ação penal 470, configurou um retrocesso em relação a princípios que são caros à democracia, ao princípio da autodefesa, ao contraditório. Os réus já estavam condenados previamente.

Estou muito preocupado com os efeitos desse julgamento na jurisprudência ordinária dos tribunais brasileiros, efeitos esses que já estão se fazendo sentir. Porque o Supremo, como o nome diz, é a Corte de última instância, é aquela cuja jurisprudência influencia e, muitas vezes, determina o entendimento dos tribunais inferiores. Alguns já estão aplicando determinados entendimentos que o Supremo Tribunal Federal externou no julgamento da ação penal. Isso é muito preocupante, extremamente preocupante. A distorção das penas é algo impressionante. Pessoas foram condenadas a 40, 10, 15 anos, com o apoio expressivo de parte da sociedade brasileira.

Hoje nós temos um processo de criminalização da política, temos um cenário em que um juiz é herói e o outro, vilão, ou seja, o juiz que condena é herói, o que absolve é vilão. Isso é algo inusitado. Juiz julga de acordo com a prova dos autos, não existe nem vilão nem herói. Aliás, herói seria o juiz na época da ditadura que não se submetesse. O STF não passa no teste da História. Autorizou Getúlio Vargas a entregar a militante comunista Olga Benário a Hitler, chancelou o Golpe de Estado de 1964. O Supremo Tribunal Federal tem uma reputação histórica muito ruim. E agora os seus ministros aparecem como arautos no combate à impunidade.

■ **Fala-se muito na morosidade da Justiça brasileira, no congestionamento de processos parados. Há quem diga que o Judiciário brasileiro é um dos mais morosos do mundo. Para o cidadão comum, isso é uma realidade, o acesso à Justiça é quase impossível e, na maioria das vezes, não traz grandes benefícios. A seu ver, por que no Brasil a Justiça é tão lenta?**

Primeiro, porque existe no Brasil o incentivo à litigiosidade. A democracia trouxe isso também. O Poder Judiciário, com a reconquista da democracia, passou a ser desaguadouro para a resolução de todos os conflitos. Conflitos que poderiam ser resolvidos pelas próprias partes interessadas acabam indo para o Poder Judiciário. Por conta disso, conceberam-se aí a criação dos Juizados Especiais, que já estão inviabilizados. Hoje, as pessoas estão desistindo dos Juizados Especiais e voltando para Justiça comum. Eles se inviabilizaram porque são mais morosos e pagam indenizações bem abaixo das expectativas das pessoas, sobretudo dos consumidores que são lesados.

É uma sobrecarga de processos imensa, e isso por uma série de fatores. É a falta de estrutura do Poder Judiciário. O Poder Judiciário no Brasil, vamos falar da primeira instância, que é aonde o povo vai, além de sobrecarregada, carece de estrutura básica. E os tribunais estão por aí construindo palácios. Os tribunais superiores são verdadeiros palácios – Tribunal Superior de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho. É um poder muito preocupado em construção de sedes.

Agora, morosidade é uma queixa mundial. O processo é moroso aqui, é moroso na França, é moroso na Alemanha, todo mundo se queixa. O Brasil tem determinadas mazelas que acabam agravando essa situação de alta litigiosidade. Para qualquer coisa se procura o Judiciário.

■ **Mas o que é possível ser feito, que iniciativas podem ser tomadas? A ideia da Câmara de Conciliação, de resolver conflitos, pode ser um caminho?**

A conciliação pode ser uma via, porém, é um conjunto que tem de trabalhar articulado, não adiantam soluções isoladas. Tem de se ver o número de juízes, mas também sua distribuição. Eles são concentrados nas grandes cidades; no interior, há carência deles, carência de servidores. Muitas vezes, não é o caso de se abrir concurso público para se ter mais juízes. A solução pode ser redistribuí-los. O Conselho Nacional de Justiça tem de funcionar de fato como um órgão além de disciplinar, um órgão de planejamento estratégico do Poder Judiciário. Ele tem de ter um diagnóstico preciso do Poder Judiciário e propor soluções. Não há nada que eu diga aqui que seja a solução para o Judiciário, é um conjunto de fatores. Temos de acabar com esse negócio de juiz TQQ, que só trabalha terça, quarta e quinta, sobretudo no interior do estado e do Brasil.

■ **A gente vai também abordar nesta edição da Por Sinal a procrastinação da Justiça no serviço público. Ou seja, o procurador federal tem por obrigação de ofício sempre recorrer, inclusive em questões que já estão sumarizadas. O senhor acredita na redução do conflito através dessas Juntas de Conciliação, principalmente de ações na área do setor público, funcionários públicos contra a União?**

É o que eu estou dizendo. É um conjunto de medidas que têm de estar articuladas. Nenhuma delas isoladamente vai resolver problemas de morosidade.

■ **No serviço público, a gente sempre vê isso. Como o administrador está ali no momento, vai empurrar com a barriga de qualquer forma, porque depois que ele sair dali o problema não é mais dele. Por exemplo: nós, do Banco Central, temos duas ações cobrando os 28,8% de um aumento de 1993, depois veio a conversão da URV, isso se perpetua por 10, 15, 20 anos, e não existe solução. Outra questão é a dos precatórios. O Supremo agora se manifestou favorável às ADIs que cortavam o pagamento dos precatórias em até 20 anos. O que o senhor pensa sobre isso? Os estados alegam que não vão pagar de jeito nenhum. Eu vi que a OAB fez um manifesto pedindo que o Supremo considerasse isso só para os precatórios futuros, porque os estados pararam de pagar, inclusive aqueles precatórios que estavam sendo pagos regularmente.**

Essa é uma determinação do Supremo para que o Estado

voltasse a pagar. O precatório é uma invenção brasileira. Aliás, o Brasil tem duas grandes invenções: a Justiça Eleitoral e o precatório. O precatório o que é? É a constitucionalização do calote. Porque qualquer cidadão que deve e o juiz manda pagar, se ele não pagar, é executável, pode perder sua casa, seu carro, seus bens, enfim, todos aqueles bens que sejam necessários para o pagamento da dívida. O Estado, não. O Estado você não pode executar. O Estado é executável através dos precatórios, que é essa fila que nunca termina. Na verdade, teria de se acabar com o precatório. Enfim, sempre haverá isto: a possibilidade de procrastinação, os créditos de precatório utilizados pelos estados com a finalidade que não seja o pagamento das suas dívidas. É o que acontece.

O CNJ tem de funcionar de fato como um órgão de planejamento estratégico do Poder Judiciário. Ele tem de ter um diagnóstico preciso e propor soluções

■ O servidor público luta muito pela aplicação da Resolução 151 da OIT, que estabelece a negociação coletiva no serviço público. Recentemente, toda vez que fica perto da eleição, o governo dá uma afrouxada e faz de conta que vai nos ajudar, e depois volta atrás. A presidente Dilma, há um mês mais ou menos, enviou um decreto para regulamentar a negociação coletiva. Para os servidores, essa questão é muito complicada de ser resolvida, e explico o porquê. Se for estabelecida a negociação entre o patrão e o empregado, por exemplo, o servidor do Banco Central e o Ministério do Planejamento, o acordo oriundo dessa negociação, pela lei de hoje, tem de ser submetido ao Congresso para que o aprove. Isto porque todo aumento tem de ser via projeto de lei. Então, no entendimento do Sindicato, esse acordo não adianta nada. O governo fecha um acordo com a gente e vai lá, negocia com a bancada dele para derrubar o nosso acordo.

Teria de ter isso na Constituição, estabelecendo que a negociação coletiva, se o governo deu o aval, vale sem precisar da chancela do Poder Legislativo.

■ **Valeria como lei, não?**

Sim. Mas nesse esquema atual isso não é possível.

■ **Isso é o que o Sindicato está buscando. Vamos à última pergunta. A torcida do Flamengo, ou do Vasco, se o senhor preferir, tem investido na urgência da reforma política para dar mais qualidade ao processo eleitoral e, com isso, fortalecer a democracia. Mas, na prática, pouca coisa avança no Congresso. Uma das pernas dessa reforma seria o financiamento público das campanhas. Por que até hoje ele não foi aprovado?**

Sou a favor do financiamento público, mas não acho que seja suficiente. Porque a reforma política no Brasil não se limita à questão do financiamento, é preciso incluir uma reforma partidária. O Brasil é um país com 32 partidos políticos, sendo que a maior parte deles é clientelista. E, obviamente, essa reforma política não sai porque o Congresso não quer, porque ninguém vai dar tiro na cabeça. Ninguém vai votar contra seus próprios interesses. Acho que deveria ter um pacto por uma Constituinte exclusiva que faça uma reforma, que se tenha um mandato só para essa Constituinte. Aliás, isso era defendido na época da Constituição de 1988, mas acabou não prevalecendo. Enquanto prevalecer os interesses corporativos do atual Congresso Nacional, nenhuma reforma sai.

Devo, mas **pago quanto quiser**

Rosane de Souza

A estratégia de empurrar com a barriga, protelar e tentar negociar os conflitos judiciários dos servidores contra o Poder Público, até mesmo passando por cima da lei ou da jurisprudência, tem saído cara para o governo federal

"A cada ano, o governo federal fecha o orçamento dos precatórios a serem pagos no ano seguinte, depois que as ações são transitadas em julgado", diz o advogado Marcos Resende, que representa atualmente dezenas de sindicatos e associações de servidores perante o Poder Judiciário, em todas as suas instâncias. "A grande maioria das ações é de servidores públicos."

O governo federal, pelo menos, ainda paga quando não há mais recurso contra algum tipo de decisão. A conta da dívida dos estados e municípios, que sempre protelam o pagamento dos precatórios, já é bem mais salgada: atinge aproximadamente R$ 100 bilhões, de acordo com os cálculos do advogado. "Eles levam em média 15 anos para pagar". Resende atribui toda essa demora de pagamentos de dívidas, inclusive as consagradas pela Constituição, a uma série de leis malfeitas e casuísticas. "É preciso legislar bem, para evitar que as pessoas tenham de recorrer ao Judiciário para que seus direitos sejam reconhecidos", afirma, acrescentando que o prazo constitucional para pagamento de dívidas dos estados é de 18 a 30 meses. "Mas eles levam anos, décadas. As pessoas morrem no caminho, algumas ficam sem receber, mas o valor vai se acumulando de forma crescente."

Essas regalias nunca estão ao alcance do cidadão comum. "Se deixar de pagar, eles terão seus bens penhorados, para quitar a dívida", lembra Resende, cujo escritório acumula 17 mil ações de categorias diferentes, reunindo 15 a 20 mil trabalhadores. "Muitas ações são de grupos de mil a dez mil pessoas", diz.

▶ BC quer pagar menos

Vencido na Justiça, o governo federal já se programa para começar a pagar, este ano, a diferença dos 28,86% para as Forças Armadas, depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) ordenou que todos os seus integrantes, e não só os oficiais, têm direito ao reajuste. Mas ainda tenta negociar com eles o parcelamento dos atrasados de uma dívida relativa a 1993, quando o ex-presidente Itamar Franco resolveu conceder um reajuste diferenciado, integralizando os 28,86% só para oficiais com postos acima de capitão de corveta.

Na ocasião, nenhum servidor federal civil ganhou o reajuste, só concedido após vários anos de muita luta judicial. Mesmo assim, os valores pagos ficaram abaixo dos 28,86%. Dez anos depois, outra ação vitoriosa no STF determinou que o Banco Central incorporasse esse percentual à remuneração dos seus servidores, conforme previsto na Lei n° 8.627/93, assim como o pagamento dos atrasados. As negociações para o pagamento da dívida evoluíram para uma discussão direta com a Procuradoria Jurídica do BC, uma vez que a instituição reconhece que deve, mas só quer pagar de acordo com seus próprios cálculos e a quem quiser. "O BC só reconhece o valor devido a um número restrito de funcionários e por um período menor. Porém, a jurisprudência sobre o assunto estabelece claramente que o reajuste é do cargo e não da pessoa", esclarece Marcos Resende.

A decisão do STF favorável aos funcionários do BC garante a incorporação imediata do percentual aos salários, assim como o pagamento dos atrasados de janeiro de 1993 a novembro de 1996, data da implantação do novo plano de cargos e salários. Mas o Banco insiste em pagar apenas o período entre janeiro e agosto de 1993, com o argumento de que já concedeu o reajuste. Por isso, entrou com novo recurso, ainda em julgamento.

▶ Caloteiros inveterados

Na lista dos cem maiores litigantes, elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o setor público federal é campeão absoluto no ranking, seguido de perto pelos bancos que operam no mercado. Só na Justiça Federal o percentual dos processos contra a União atinge 11,5%.

"O setor público federal e os bancos respondem, sozinhos, por 76% dos processos em tramitação, e isso é muito significativo, sendo objeto de todas as nossas preocupações e diálogos institucionais", explicou o conselheiro do CNJ, José Guilherme Vasi Werner, ao divulgar o estudo, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj). Na sua avaliação, a identificação dos setores que mais litigam ajudará o Poder Judiciário a elaborar políticas voltadas para a redução dos processos.

Reduzir o excesso de processos com pedidos semelhantes tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelo Judiciário. A juíza federal Vânila Cardoso André de Moraes, que idealizou e coordenou o seminário "Demandas repetitivas na Justiça Federal: possíveis soluções processuais e gerenciais", garante que o aumento do número de ações em todos os níveis do Poder Judiciário já se tornou um fenômeno coletivo. A maioria dos processos tem pedidos direcionados ao Poder Público. "É da natureza da atuação da administração pública praticar atos administrativos em massa, que envolvem aplicação de um mesmo dispositivo para um amplo universo de pessoas", explicou, no seminário, acrescentando que, nesse campo, "quando há controvérsias a respeito da legalidade de determinado ato, multiplicam-se os litígios, dando origem a um fenômeno de processos idênticos, que tende a abarrotar os tribunais".

Vânila Cardoso citou como exemplo a ocorrência de milhares de processos ajuizados por segurados da Previdência Social, pedindo aposentadoria especial, antes negada por ato administrativo do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A consequência disso, segundo ela, são a repetição de demandas e a explosão de litígios entre o Poder Público e o cidadão. Os que mais se repetem são os de natureza tributária e Direito Administrativo, em especial os que envolvem servidores e concursos públicos. "Pesquisas do CNJ indicam que a taxa média de congestionamento nos tribunais federais alcança 70%", revelou.

Na avaliação da juíza, esse excesso de demandas semelhantes agride o princípio da isonomia. Ela qualificou de assustador o potencial desagregador da situação patrocinada pelo sistema. "A isonomia é um valor fundamental do ser humano e sua inobservância agride a confiança no próprio estado de direito", concluiu a magistrada, em sua palestra no seminário, patrocinado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF), em parceria com a Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Esmaf).

> **O setor público federal e os bancos respondem, sozinhos, por 76% dos processos em tramitação, e isso é muito significativo, sendo objeto de todas as nossas preocupações e diálogos institucionais**
>
> JOSÉ GUILHERME VASI WERNER
> Conselheiro do CNJ

MOROSIDADE DA JUSTIÇA OU DESEQUILÍBRIO DA BALANÇA?

Dra. Vera Mirna

"A justiça atrasada não é justiça;
senão injustiça qualificada
e manifesta." (Rui Barbosa)

Um dos temas mais demandados por integrantes da categoria junto ao Sinal é o motivo por que suas ações judiciais se arrastam por tantos anos e, quando concluídas, na grande maioria das vezes, se inicia outra longa peregrinação junto ao Poder Judiciário para fazer cumprir o direito já reconhecido. São embargos, impugnações, recursos, perícias, enfim, toda sorte de novas discussões que atrasam por outros tantos anos a finalização do processo.

Não são raras as vezes que esse atraso é atribuído aos advogados que, no entender de aflitos jurisdicionados, não estariam impulsionando os processos como deveriam.

Opiniões à parte, o certo é que partes e advogados comungam do mesmo interesse: obter êxito nas causas judiciais em tempo razoável, mas esse desiderato não é fácil de alcançar porque no meio do caminho há muitos obstáculos. Os tribunais não conseguem atender efetivamente e tempestivamente ao grande número de ações que são propostas diariamente, falhando em seu mister de prestar uma efetiva tutela jurisdicional.

Exemplos são muitos de processos que, depois de aguardar vários anos para serem sentenciados em primeira instância, passam muitos anos aguardando julgamento de recursos e cujos movimentos se concentram em meras redistribuições.

Não fosse o número de processos que se avolumam diariamente num Judiciário com pouca estrutura para suportar a demanda, o cidadão enfrenta um grande desequilíbrio de forças quando enfrenta os Poderes do Estado.

Muitos dos obstáculos decorrem do nosso sistema processual, que garante ao Estado e aos entes da administração indireta prazo em quádruplo para contestar as ações e em dobro para recorrer (art. 188 do CPC)[1]. E não

[1] CPC. Art. 188 – Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.

é só. Tais prazos são contados das intimações e notificações que, no caso dos procuradores públicos, são pessoais, diferentemente do que ocorre com o jurisdicionado cujas intimações se dão através de publicações nos Diários de Justiça (art. 17 da Lei n° 10.910/ 2004)[2].

E tem mais ainda: se o Ente Público restar vencido e condenado em valor superior a 60 salários mínimos, a lei obriga o duplo grau de jurisdição que nada mais é do que a devolução da matéria ao Tribunal de segundo grau, tenha ou não recurso voluntário de parte de seus procuradores (art. 475 do CPC)[3].

Nas causas de menor valor, ainda que a lei desobrigue o recurso *ex-ofício*, o que se vê na prática é o manejo de recursos voluntários que muitas vezes vão de encontro à jurisprudência já consolidada sobre a mesma matéria. Exemplifica-se: Ações judiciais que tratam da conversão de licença-prêmio em pecúnia. A jurisprudência está pacificada sobre o direito à conversão a servidores que não usufruíram nem contaram tempo para efeitos de aposentadoria. O TCU já decidiu favoravelmente, mesmo assim, muitos órgãos continuam a recorrer das sentenças ainda que o valor não alcance o patamar de 60 salários mínimos.

> **Os exemplos estão dentro de casa. As previsões de pagamento de direitos decorrentes de ações judiciais patrocinadas pelo Sinal, para este ano de 2013, resultam de ações que tramitam há mais de uma década. Outras há que tramitam há mais tempo e ainda aguardam decisões.**

E o que dizer quando o cidadão é o devedor do Estado? Bem, aí se aciona o convênio Bacenjud, uma vez que a lei permite a penhora virtual de contas bancárias do devedor em execuções fiscais. Tudo sempre em favor do Estado. O contrário não é verdadeiro. O cidadão comum, após longos anos de espera, submete-se ao ritmo lento das RPVs (Reposição de Pequeno Valor) e dos precatórios. Quem já passou por essa espera sabe bem o sentido da palavra insegurança.

De fácil constatação que nesse cenário de tanto de-

---

[2] Lei nº 10.910/2004. Art. 17. Nos processos em que atuem em razão das atribuições de seus cargos, os ocupantes dos cargos das carreiras de procurador federal e de procurador do Banco Central do Brasil serão intimados e notificados pessoalmente.

[3] CPC. Art. 475. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26/12/2001)
I – proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público; (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26/12/2001)
II – que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI). (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26/12/2001)
§ 1ºNos casos previstos neste artigo, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação; não o fazendo, deverá o presidente do tribunal avocá-los. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26/12/2001)
§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26/12/2001)
§ 3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26/12/2001)

sequilíbrio, o princípio constitucional da igualdade é totalmente ignorado. E os exemplos estão dentro de casa. As previsões de pagamento de direitos decorrentes de ações judiciais patrocinadas pelo Sinal, para este ano de 2013, resultam de ações que tramitam há mais de uma década. Outras há que tramitam há mais tempo e ainda aguardam decisões.

Veja-se, nesse sentido, a lição de Cândido Dinamarco[4] em Instituições de direito processual civil:

"Apoiados no falso dogma da indisponibilidade dos bens do Estado, os privilégios concedidos pela lei e pelos tribunais aos entes estatais alimentam a litigiosidade irresponsável que estes vêm praticando, mediante a propositura de demandas temerárias, oposição de resistências que da parte de um litigante comum seriam sancionadas como litigância de má-fé (CPC, art. 16-18), excessiva interposição de recursos etc. — tudo concorrendo ainda para o congestionamento dos órgãos judiciários e retardamento da tutela jurisdicional aos membros da população."

Algumas poucas mudanças foram realizadas nos últimos anos visando a agilização dos trâmites processuais, porém muito pouco, em face da realidade que se apresenta.

A Emenda Constitucional 45/2004 incluiu entre os direitos garantidos no artigo 5º da Carta **"a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação"**[5].

A mesma EC 45 prevê a aprovação de súmula (vinculante) pelo Supremo Tribunal Federal depois de reiteradas decisões sobre matéria constitucional, com objetivo de dar validade, interpretação e eficácia a normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública (art. 103 A da CF/88). Deu competência ao Conselho Nacional de Justiça para receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, como forma de reduzir o atraso nos julgamentos (art. 103 B da CF/88).

Em 29 de julho de 2009, foi publicada a Lei nº 12.008[6] alterando artigos do Código de Processo Civil e acrescentando o artigo 62-A na Lei nº 9.784/99 (Lei do processo administrativo) para fins de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos aos idosos (mais de 60 anos) e pessoas portadoras de deficiências ou doenças graves.

Em princípio, o simples requerimento acompanhado de documentos que provem a condição exigida na lei deveria ser a garantia da celeridade processual. Infelizmente não é isso que se vê. O excesso de processos identificados como prioritários concorre quase que em igualdade com os demais, uma vez que o Poder Judiciário não consegue atender à demanda.

Enfim, pouco ou quase nada se vê como resultado das medidas tomadas até agora no que tange à aceleração no julgamento de processos judiciais. Muitas mudanças ainda devem ocorrer para que tenhamos do Poder Judiciário respostas mais eficientes, mudanças estas que não estão adstritas apenas ao Judiciário, mas também na mudança de comportamento de representantes da Administração Pública.

(*) Advogada, assessora Jurídica do Sinal

[4] DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. 4 ed., São Paulo: Malheiros. V. I. p. 214.

[5] CF.Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) LXXVIII. a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004.)

[6] Lei nº 12.008, de 29 de julho de 2009. Art. 1º O art. 1.211-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou portadora de doença grave, terão prioridade de tramitação em todas as instâncias. Art. 2º O art. 1.211-B da Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1.211-B. A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.
§ 1º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

Sinal recarrega suas baterias

Depois de intensos debates em Belém e Curitiba, delegados definem principais atividades do Sindicato para os próximos dois anos

A 25ª Assembleia Nacional Deliberativa (AND) do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, realizada em duas etapas – a primeira em Belém, a segunda em Curitiba –, traçou as principais resoluções políticas que vão orientar as atividades da entidade nos próximos dois anos. Do primeiro encontro, na capital paraense, participaram 85 delegados. Oitenta e dois estiveram na segunda etapa, na capital paranaense. Entre um e outro, o foco passou das propostas em torno do fortalecimento do Banco Central e da campanha por um Sistema Financeiro cidadão à luta pela qualidade de vida e de trabalho para temas mais políticos, como a estrutura política e administrativa do Sindicato. Em três dias de intensos debates, foram aprovadas dez resoluções, o que demonstra o nível de conscientização dos delegados, que não aprovaram propostas que ainda

não foram adequadamente discutidas junto à categoria e revela o grau de democratização que se deseja para a categoria.

"Acho que a instituição sindical saiu fortalecida, pois foi capaz de absorver uma demanda de difícil trato, muito embora a instância utilizada para isso não tenha sido a mais adequada", diz Clovis de Lima Barbosa Junior, do Sinal de Recife. "Numa assembleia nacional voltada para discutir as questões estatutárias era muito natural que o embate político tivesse prevalecido", afirma Epitácio da Silva Ribeiro, da regional do Sinal de Salvador. "Desde que foi criado, tenta-se mudar o estatuto do Sinal. A discussão vem tomando proporção muito grande e, de certa forma, paralisa o Sindicato, que não avança e não discute as questões relativas ao Banco Central e seu papel no país. O antagonismo impede a unidade na campanha salarial", ressalta Daro Piffer, do Sinal de São Paulo. "Eram muitas as propostas de alteração do estatuto, algumas mudando substancialmente a organização e o funcionamento do Sinal. Esse tema foi, para mim, o ponto alto da AND. Independentemente do resultado das votações, a exposição das ideias e a oportunidade de confrontá-las já cumprem o objetivo da Assembleia Nacional Deliberativa", argumenta Jorge Nelson Ribeiro, servidor com 35 anos de Banco Central e personagem da coluna Prata da Casa da edição 40 da **Por Sinal**. "Em Belém, houve grande avanço e convergência de indicativos, mas falar em avanço no encontro de Curitiba é questão de ponto de vista. As propostas que dariam maior transparência às decisões políticas e financeiras do Sindicato foram rejeitadas", completa José Ricardo da Costa e Silva, diretor de Relações Externas do Sinal.

▶ Recomendações de Belém

No encontro em Belém do Pará, de 15 a 18 de novembro do ano passado, foram aprovadas propostas sobre a valorização das regionais do Banco Central, sobre o projeto do Sistema Financeiro Cidadão, como a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, além de temas como gestão administrativa e qualidade de vida no trabalho, o Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central (Pasbc) e as diretrizes para a política salarial da categoria. Algumas das recomendações para a campanha salarial de 2.012 foram para que o Sinal trabalhassee para abrir conversa com o governo e com a diretoria do BC para obter o reajuste que, até aquele momento, não havia sido conquistado e, se necessário, buscar na Justiça o cumprimento do direito constitucional dos servidores ao reajuste anual previsto na Constituição. Também foi aprovada determinação para que, em aliança com outras entidades sindicais, o Sindicato atue na mudança da legislação com vistas a assegurar o reajuste anual e o estabelecimento de dissídio para o servidor público federal. O documento constata, ainda, um processo de desvalorização das representações regionais do Banco e propõe ao Sindicato a busca de um modelo de Banco Central que respeite e incorpore em sua ação a imensa diversidade de vocações econômico-financeiras, identidades culturais e realidades sociais do Brasil.

A proposta de Sistema Financeiro Cidadão prevê a autonomia do Banco Central, condição indispensável para a estruturação do sistema financeiro com vistas ao desenvolvimento equilibrado e aos interesses da coletividade. O Sinal deve empreender esforços para a regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal, com a autonomia

política, administrativa, orçamentária e operacional do BC e o fim do processo de desmonte das regionais. A respeito do PASBC, foram aprovadas propostas no sentido de fortalecer as estruturas administrativas ligadas ao Departamento de Pessoal (Depes) nas regionais da instituição, com a criação de cargos de coordenador, especificamente para gestão regional do programa, a busca de isonomia no tratamento das regionais e o estabelecimento de um plano de extensão de credenciamentos que habilite o quadro de credenciados às especializações necessárias.

▶ Em Curitiba, foco no Estatuto

Já no encontro em Curitiba, de 26 a 28 de janeiro deste ano, os delegados se centraram nas discussões das alterações estatutárias essenciais para a definição dos rumos do Sindicado. Foram apresentadas 84 propostas. Houve avanço na redução do percentual para a convocação de assembleia nacional deliberativa e das assembleias regionais extraordinárias. Em adequação ao Código Civil, a plenária, já no primeiro dia do evento, reduziu de 30% para 20% a obrigatoriedade de quórum do total de filiados para a convocação da AND, das reuniões extraordinárias do Conselho Nacional e de encaminhamento de assuntos plebiscitários. O índice tem de ser atingido em, no mínimo, 50% das regionais. Isso significa que uma regional, isoladamente, não pode tomar decisões de âmbito nacional. Já a discussão para a eleição direta do presidente e da executiva nacional do Sinal não avançou. Também foi derrotada a proposta de uso de votação eletrônica para a decisão sobre acordos trabalhistas. Por outro lado, evitou-se aumentar a taxa de contribuição de filiado e a proibição de devolução ao filiado do superávit do Sindicato. O quórum mínimo para o funcionamento do Conselho Nacional ficou em dois terços.

"Como a assembleia nacional estava voltada à discussão das questões estatutárias, era muito natural que o embate político acabasse prevalecendo no segundo encontro da 25ª AND, mas acredito que isso faz parte do jogo político. Havia uma proposta de alteração do sistema eleitoral já para 2015, mas como não houve votação esmagadora nem para um lado nem para o outro, se depreende que há espaço para o debate do assunto", diz Epitácio da Silva Ribeiro, que presidiu a mesa dos trabalhos em Curitiba. "O problema é o pouco interesse do servidor em se fazer representar. Poucas foram as regionais onde houve campanha e eleição para delegados. Em algumas regionais importantes, o número de candidatos foi inferior ao de delegados. Esse desinteresse de participar deturpa a representatividade e faz com que o delegado indicado tenha interesses distintos do delegado eleito", afirma José Ricardo da Costa e Silva.

Desde a origem, o objetivo da Assembleia Nacional Deliberativa do Sinal, instância máxima do Sindicato, sempre foi promover um grande congresso para discutir as questões da categoria antes de serem encaminhadas ao governo e à direção do Banco Central. A eleição direta no Sinal é um

tema recorrente pelo menos desde a 21ª AND, realizada em Canela, no Rio Grande do Sul, em 2008. A questão até agora divide as opiniões dos delegados. No segundo dia do encontro em Curitiba, a plenária, por entender que o tema ainda necessitava de aprofundamento, rejeitou, por 43 votos contra, 37 a favor e uma abstenção, a proposta de eleição direta para a direção do Sindicato, a ser regulamentada, aprimorada e submetida à aprovação na próxima AND. Os delegados decidiram ainda não acatar proposta de plebiscito da categoria sobre o tema.

"O temor inicial era de que a questão estatutária permeasse toda a AND e esta ficasse comprometida, mas isso não aconteceu, graças à maturidade dos delegados. O importante nesse processo é ter a maior participação e abertura possíveis, para que possamos constantemente avaliar a atuação sindical no seu objetivo maior, que é a representatividade", avalia Clovis de Lima Barbosa Junior. "Em Belém, discutiu-se um ponto importante, que é a questão da qualidade de vida no trabalho, mas ainda assim já havia um clima azedado, que se agravou em Curitiba. A AND também foi criada para discutir as questões internas do Sindicato, mas o problema é que isso agora domina os debates. O problema do Sinal não é de democracia. Mudar a estrutura só desvirtua o que ele tem de fazer. Não desvirtua os objetivos originais da AND, mas toma muito tempo", afirma Daro Piffer.

Para alguns dos engajados na luta sindical, o debate em torno da estrutura de poder no Sinal pode comprometer os desafios do Sindicato na construção de uma política de sensibilização dos servidores para a filiação, na continuidade da atuação no Congresso Nacional, na articulação com as entidades das carreiras exclusivas de Estado, na manutenção da pressão sobre o governo pelo plano de cargos da categoria, no aprimoramento do programa de saúde e na campanha salarial de 2013.

"O sistema eletivo e a estrutura de poder no Sinal são questões latentes na categoria. Talvez não estejam maduras o suficiente para avançar, mas o fato de existirem filiados com disposição para discutir o tema é uma missão que a nova direção precisa considerar", afirma Aparecido Francisco de Sales, da regional do Sinal de São Paulo e do Conselho Editorial da **Por Sinal**. "As discussões políticas não desvirtuam os objetivos da AND, pois são de sua natureza. O problema não é a discussão política, mas quando o debate e a política refletem não o interesse do filiado e sim o interesse pessoal do dirigente e do delegado. Nesse caso, o interesse do filiado e do servidor do Banco Central deixa de ser o motivo da discórdia e vira agenda pessoal do dirigente ou do delegado. A questão aqui é que a omissão do servidor acaba deixando o poder de decisão inteiramente para as lideranças. Nessa hora, a política deixa de ser a cura", completa José Ricardo da Costa e Silva.

Nesse sentido é importante que os filiados participem mais ativamente, pois "a AND é um fórum de discussão dos filiados sobre as diretrizes, tanto administrativas quanto políticas, para as ações do Sindicato. Os delegados da AND representam a vanguarda dos filiados que se dispõe a reservar parte de seu tempo para pensar e analisar o funcionamento do Sindicato e as propostas que devem ser encaminhadas", pondera Jorge Nelson Ribeiro.

A hora e a vez dos aposentados

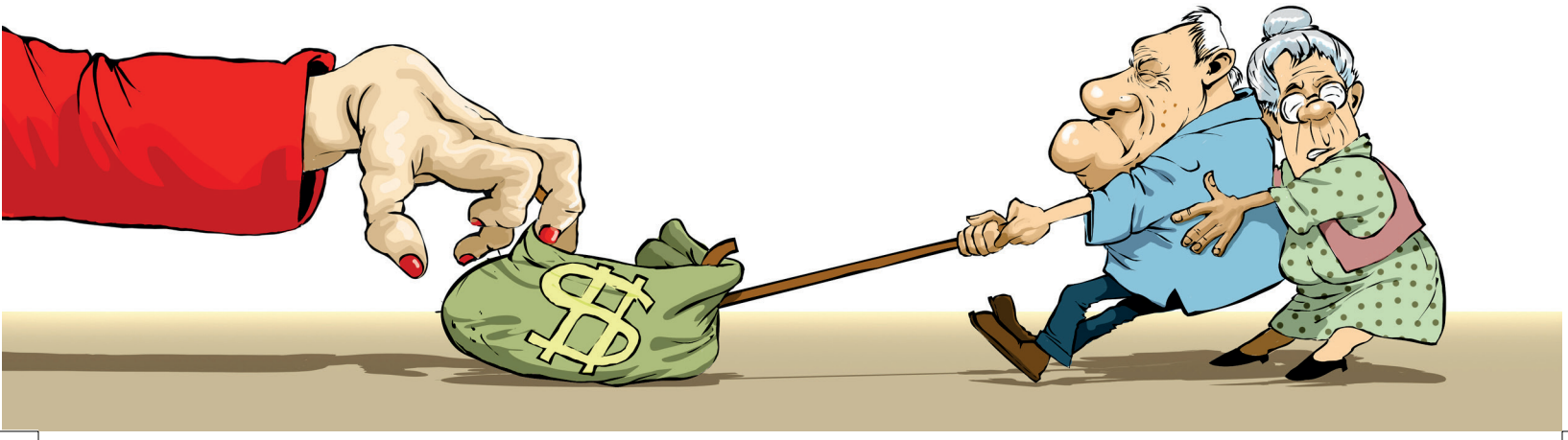
Substitutivo à PEC 555 que repara injustiça contra servidor público está pronto para ser votado na Câmara, mas governo pressiona contra e não dá o sinal verde

Poucas vezes um projeto de lei foi tão consistente e consensual quanto o que extingue a cobrança da contribuição previdenciária pelos servidores públicos por toda a vida, inclusive quando aposentados. O substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555, elaborada pelo ex-deputado Carlos Mota, em 2006, está pronto para entrar na ordem do dia e ser votado na Câmara dos Deputados, mas continua na gaveta do seu relator, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), porque esbarra na intolerância do governo federal.

O Planalto pressiona contra a sua votação, certo de que será aprovado por unanimidade. "Os deputados querem votar, mas falta o sinal verde do governo, que tem segurado a votação", explicou o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), Roberto Kupski. O próprio presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), enviou uma carta a Pedro Delarue, presidente do Sindifisco Nacional, por meio da qual informa que a PEC 555 está pronta para entrar na ordem do dia. Segundo o relator da proposta, Marco Maia aguarda apenas o requerimento de urgência assinado pelos três líderes da Casa, para colocar a matéria na pauta do plenário para votação.

Até agora, no entanto, ninguém parece querer contrariar os interesses da presidência da República. O próprio relator pediu, em encontro com as entidades, que continuem pressionando os parlamentares para que o projeto seja aprovado. "Depois de colocar em pauta, vamos ter problema com o governo, que vai dizer que a seguridade social está quebrada, não tem dinheiro, apesar de os levantamentos comprovarem que a Previdência tem dinheiro e está superavitária", disse o deputado.

Diante dessa informação, representantes do funcionalismo público procuraram o assessor especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, José Lopez Feijó, para convencê-lo da importância de desonerar o aposentado desse tributo. Um dos argumentos mais convincentes, de acordo com o presidente do Fonacate, é o insignificante impacto financeiro nos cofres do governo com a eliminação da cobrança. "O montante de recursos arrecadado pela União com a cobrança dos inativos é de apenas R$ 1,5 bilhão", disse Kupski. "A PEC 555 não é um problema econômico, nem jurídico, para o governo e está na hora de corrigir esse erro, essa injustiça para com os servidores aposentados e pensionistas", enfatizou



o presidente da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal e vice-presidente do Fonacate, Álvaro Sólon de França.

Talvez significativo mesmo tenha sido o pedido de Feijó ao Fonacate de documento listando as perdas financeiras dos cofres públicos com o fim da contribuição dos aposentados e pensionistas, como se o governo não tivesse na ponta do lápis esses cálculos, tanto quanto os de renúncia fiscal das desonerações de diversos setores da economia, inclusive dos planos de saúde privados. O secretário se comprometeu também a conversar com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, sobre o assunto.

▶ Compra de votos

O presidente do Fórum garante que é unânime entre os deputados a ideia de revogar uma das maiores injustiças cometidas contra os funcionários públicos pelo governo do presidente Lula, que manteve a cobrança de 11% dos salários sobre a parcela dos proventos da aposentadoria que exceder R$ 1.440. "O mais irônico é que o servidor para de contribuir para a Previdência se já estiver em condições de se aposentar, e optar por adiar a decisão. No dia que o fizer, no entanto, seja até mesmo aos 70 anos, quando a aposentadoria tem caráter expulsório, volta a pagar o imposto", explicou Kupski, que também preside a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais.

A proposta pronta para análise dos deputados federais, feita a partir de um consenso cuidadosamente costurado, é descontar 20 pontos percentuais a partir de 61 anos, durante o período de transição, até ser zerada depois dos 65. "Não há deputado que não reconheça a injustiça da cobrança dos inativos. Vamos continuar o trabalho e aprovar esta matéria", garantiu o presidente do Sindifisco. Aliás, a matéria já tem mais de 400 requerimentos assinados em defesa de sua aprovação.

Roberto Kupski lembra que, além de injusta, pesa sobre a Emenda Constitucional nº 41, que instituiu a cobrança, a suspeita de ter sido aprovada dentro do esquema de compra de votos que originou a Ação Penal 470, mais conhecida como mensalão, e culminou com o julgamento e a condenação de diversos integrantes do governo Lula. "Há suspeita da compra de votos de deputados da base aliada do governo para a aprovação de projetos de seu interesse, entre eles, o da reforma da Previdência de 2003", finalizou.

O que é a PEC 555

A contribuição dos inativos foi instituída pela Emenda Constitucional nº 41, em 2003, logo no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que promoveu mais uma reforma da Previdência. Seu artigo 4º estabeleceu que o servidor inativo continuaria a ter descontado do benefício a contribuição à seguridade social.

A proposta da Emenda Constitucional (PEC) 555/2006 revoga o artigo de número 4 da Emenda 41, reduzindo o débito gradualmente no período de transição. Sugere a redução de 20% a partir dos 60 anos, deixando de ser cobrada depois dos 65. Isenta também do pagamento os aposentados por invalidez.

A reforma da Previdência foi instituída pelo governo Lula com o velho argumento do déficit crônico da previdência social brasileira. Contudo, diversos estudos mostram que, ao contrário, ela é superavitária. Artigo do presidente do Sindifisco, Roberto Delarue, afirma que só em 2011 sua sobra de caixa foi de R$ 77 bilhões.

Não bastasse isso, o valor arrecadado com a contribuição previdenciária dos servidores, aposentados e pensionistas não corresponde a 10% do que espontaneamente deixa de ser cobrado pelas renúncias previdenciárias proporcionadas pelo governo, sem contar a Desvinculação das Receitas da União (DRU), adotada como provisória em 1994, e até hoje em vigor, que desvia recursos arrecadados das contribuições sociais para o orçamento fiscal.

Pisca-alerta para a cultura do **consumo**

A manutenção da melhora na eficiência da economia brasileira, que pôs a educação financeira na ordem do dia, agora provoca a redefinição de alguns programas desenvolvidos no Brasil sobre o tema. O Banco Central, que criou a Diretoria de Relacionamento e Cidadania e o Departamento de Educação Financeira, estuda mudanças no projeto, exibido em seu portal na internet. O Sinal entende que a orientação do BC tem limitações inevitáveis, por isso, também busca aperfeiçoar seu programa e tenta viabilizar uma ampliação das oficinas desenvolvidas no ano passado em parceria com o Sindicato dos Economistas de São Paulo para a formação de multiplicadores. Nos dois modelos, e em várias outras iniciativas que se espalham pelo país, cresce a preocupação com a cultura do consumo, uma das bases da educação financeira

"Educação financeira não é mais apenas assunto técnico, só de informação, de cognição, mas também de comportamento", diz Vera Rita de Mello Ferreira, representante no Brasil na Associação Internacional de Pesquisa em Psicologia Econômica (da sigla em inglês Iarep) e professora da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da Universidade de São Paulo (Fipecafi). "É preciso entender que educação financeira é um tripé formado pela norma e pelo cumprimento das leis, somado ao conhecimento técnico do sistema, dos

juros compostos ao desconto à vista ou à oferta de juro zero, mas também pelo comportamento e atitudes de consumo", afirma a psicóloga Sabrina Sorgi, funcionária do Banco Central que trabalha com educação financeira e participou como convidada das discussões na formulação do projeto do Banco. "No Brasil, quem está endividado é incitado a comprar mais. O problema, que pode ter começado pequeno, fica grande pela demora que as pessoas têm em encarar as dificuldades financeiras. Não é raro o consumidor cair num buraco em que depende de ajuda para sair", completa Edilson Rodrigues, do Sinal de Belém do Pará e do Conselho Editorial da **Por Sinal**.

No Brasil, as mudanças trazidas principalmente pela queda da inflação e estabilização da moeda alteraram a forma como a população lida com o dinheiro. A educação financeira pessoal passou a fazer parte da rotina de preocupações da sociedade, já que influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias. As iniciativas para a criação de um cenário que possibilite maior difusão de informações financeiras ganham cada vez mais espaço e são adotadas até por instituições que vendem produtos e serviços financeiros. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) oferece o Programa Educacional com conceitos sobre educação financeira por meio de cursos e palestras que difundem informações a respeito de hábitos de poupança, tipos de investimentos e planejamento de finanças pessoais, além de orientar sobre a importância desses conceitos para o desenvolvimento da economia do país. Visitas monitoradas à Bovespa, viagens pelo Brasil com unidade mó-

vel de atendimento, aulas gratuitas, concursos estudantis, parcerias com instituições de ensino, simuladores, portais interativos e até programa de televisão integram as ações da instituição e já foram apresentados como casos de sucesso pela World Federation of Exchanges (WFE), a Federação Mundial das Bolsas de Valores. Os grandes bancos também têm nas páginas na internet links direcionados à educação financeira, que aparecem ao lado da oferta de produtos, como crédito.

▶ O projeto do Banco Central

O Banco Central do Brasil desenvolveu o Programa de Educação Financeira com o intuito de orientar as pessoas sobre a importância do planejamento financeiro e, também, de auxiliá-las a entender melhor o funcionamento da economia, assim como de seus agentes e instrumentos. O programa atua em vários níveis para a divulgação de informações financeiras. A intenção é proporcionar conhecimentos sobre o uso da moeda, divulgar os canais de acesso da população ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) e divulgar o papel do próprio Banco. Nas esferas atitudinal e comportamental, os objetivos são incentivar o hábito de poupança, estimular a responsabilidade no uso do crédito e promover mudanças de comportamentos com base nas boas práticas de finanças pessoais. Entre os diversos segmentos da sociedade brasileira, classificados de acordo com seu ciclo de vida, estão eleitos como prioritários os estudantes de ensino superior, considerados essenciais para o alcance dos objetivos do programa, por se tratar de público ávido por novos conhecimentos e com alto potencial de influência em suas famílias e demais círculos sociais. Os universitários são, ainda, novos candidatos naturais ao mercado de trabalho, contribuem para o aumento da renda familiar e são responsáveis por tomar crédito conscientemente e formar poupança para o consumo. Direcionado a todo o público universitário, o BC Universidade visa a aproximar a autoridade monetária do estudante, utilizando-se, para isso, de linguagem simples, direta e com abrangência nacional.

> **O dinheiro sempre foi tabu. Antes havia ambiente inflacionário e tabu. Mas o cenário mudou e o desafio agora é perceber que fortuna não é ganhar muito dinheiro, mas viver seguro e saudável.**
>
> FÁBIO ARAÚJO
> Funcionário do BC

"Há dez anos o Banco Central pouco falava de educação financeira. Hoje, a estrutura ainda é pequena para atender às exigências da sociedade, mas já há avanços", diz Edilson Rodrigues. Quem busca informações de cursos ou palestras sobre o tema no site da instituição depara, porém, com a dificuldade de encontrar o que procura entre as mais de 20 mil telas disponíveis na página. Ainda assim, a criação de uma diretoria para cuidar mais de perto da relação com o cidadão, acreditam os especialistas, revela a intenção de se dar maior relevância ao assunto. Já no Sinal, que tem um programa que permite acompanhamento mais próximo, o alcance é menor. Em parceria com José Roberto Cunha, presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo, o Sinal realizou uma oficina de educação financeira para formar multiplicadores. A primeira foi realizada no ano passado em São Paulo, com oito horas de duração. A ideia é expandi-la este ano.

"Educação financeira é uma questão multi-institucional. Não é competência só do Banco Central, mas também de um projeto de país. A Comissão de Valores Mobiliários e o Ministério da Educação são importantes na estratégia nacional de educação financeira para preparar as crianças na escola", afirma Sabrina Sorgi, do BC de São Paulo. "Este é um tema em todos os países emergentes, mas aqui tem gente alfabetizada que é incapaz de entender o que está escrito nos con-

tratos que assina com o banco. Mesmo nas classes A e B, o uso dos produtos financeiros é feito de forma falha, porque as informações são pouco claras."

"A educação financeira nos países desenvolvidos, tradicionalmente, cabe às famílias. Às escolas fica reservada a função de reforçar a formação que o aluno adquire em casa. No Brasil, infelizmente, a educação financeira não é parte do universo educacional familiar, tampouco escolar", ressalta Cássia D'Aquino, educadora com especialização em crianças e assessora de instituições públicas e privadas — como o Banco Central do Brasil, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e o Banco Nacional de Angola — que mantém uma página na internet (www.educacaofinanceira.com.br) sobre o assunto. Foi pensando nessa lacuna que Cássia criou, em 1996, o Programa de Educação Financeira, que adapta ao currículo escolar brasileiro os quatro pontos principais: como ganhar dinheiro, como gastar dinheiro, como poupar e como doar tempo, talento e dinheiro. "Acima de tudo, a educação financeira deve ensinar que a responsabilidade social e a ética precisam estar sempre presentes no ganho e uso do dinheiro", completa a educadora.

Boas intenções nem sempre bastam. A dificuldade entre intenção e ação é generalizada quando se trata de educação financeira. "Fazer com que alguém vá além da compreensão das informações econômicas não é fácil", diz Vera Rita de Mello Ferreira. No Brasil, como em todos os países, a dificuldade em administrar o dinheiro é a mesma, apontam os especialistas. Ele é finito, pede que as pessoas façam escolhas, e estas não gostam de fazê-las. "As pessoas ficam envergonhadas, constrangidas, eufóricas, descontroladas com o dinheiro. O dinheiro desencadeia muitas reações emocionais. Nossas emoções é que motivam nosso comportamento, e isso atropela a questão normativa e até o conhecimento que as pessoas têm sobre os aspectos financeiros", afirma a professora.

A lição é que, sem o cuidado com o componente emocional, de pouco servem os programas de educação financeira. "O Brasil foi pioneiro porque na Estratégia Nacional de Educação Financeira foi produzido um capítulo sobre psicologia financeira. A gente botou uma parte chamada pisca-alerta em que chama a atenção especialmente para o componente comportamental", frisa Vera Rita. "Uma poupança, por exemplo, deve ser direcionada. Se a ideia é comprar um tênis novo, deve-se botar o dinheiro para a compra do calçado num envelope e escrever 'tênis novo'. Isso ajuda a pessoa a não se desviar do objetivo", ensina.

Sociedade da fortuna

Uma opção para entender educação financeira sem o viés da autoajuda e a aridez dos termos técnicos está disponível na internet. Basta acessar www.sociedadedafortuna.com.br e baixar, grátis, o conteúdo do livro "A sociedade da fortuna", de Fábio Araújo, funcionário do Banco Central. A obra teve 5 mil acessos desde que foi lançada, em novembro de 2012, até o fim de fevereiro. "É um resultado empolgante", diz o economista. Primeira publicação do autor, "A Sociedade..." mostra, em linguagem acessível, que cuidar das finanças não é um bicho de sete cabeças. Se até 1994, com a inflação sempre elevada, o melhor investimento era gastar num carro ou em estoques de alimentos antes que o dinheiro se desvalorizasse, com o Plano Real e, mais recentemente, os juros bancários mais baixos, pensar em educação financeira tornou-se quase obrigação. "Outro problema é que dinheiro sempre foi tabu. Ninguém pergunta ao pai quanto ganha, ninguém conversa sobre o assunto. Então, havia ambiente inflacionário e tabu. Mas o cenário mudou e o desafio agora é perceber que fortuna não é ganhar muito dinheiro, mas viver seguro e saudável", diz Fábio Araújo.

Independência
TÉCNICA E PROFISSIONAL AMEAÇADA

Do Banco de Espanha ao Banco Central do Brasil, uma reflexão

Aparecido Sales

Reportagens do jornal El País, publicadas em janeiro de 2013, revelaram situações que, para os servidores do Banco Central, soam como um aviso, pois se referiam à falta de independência na realização dos trabalhos e à ausência de apoio institucional para a sua realização.

No Banco de Espanha, a situação levou a associação dos inspetores a vir a público. Seus alertas teriam ocorrido desde 2005 e, ao serem ignorados pelos supervisores, colaboraram para a maior crise econômica, em décadas.

Os inspetores espanhóis declararam que sua independência, de ordem técnica e profissional, teria sido comprometida diante de um "excesso de filtros" colocados entre seus trabalhos e as conclusões finais relatadas, que seriam ignoradas sistematicamente numa "atitude de avestruz", modificando as conclusões dos relatórios de inspeção. Isso teria ocorrido na surdina, pois os supervisores não haviam assinado as versões "editadas" dos relatórios.

Segundo a denúncia, a supervisão espanhola teria deixado de agir, ou comportara-se de maneira leniente, diante do descoberto pelos inspetores, prisioneira do sistema financeiro que deveria supervisionar. Muitas das recomendações foram desconsideradas, sem a necessária cobrança da correção de irregularidades. Mais grave, deixaram de prosperar trabalhos técnicos de supervisão diante da descoberta de indícios de fraudes e de problemas que poderiam comprometer as instituições, o que acabou por ocorrer.

Em seu manifesto, os inspetores também afirmaram que os supervisores fizeram vista grossa, diante das irregularidades, indícios de crimes e desobediência às determinações da supervisão. Também grave é a denúncia de que a má gestão e a tomada excessiva de riscos de curto prazo foram recompensadas com bônus milionários para os executivos das instituições, sem qualquer ação preventiva da supervisão, como já exposto no filme *Inside Job*, de Charles Ferguson.

▶ A realidade no Brasil

No Brasil, a norma NBC-PA-290 aborda a questão da independência dos auditores externos e que são úteis como um referencial para a atuação dos analistas, pois envolve dois elementos: independência de pensamento e aparência de independência.

A independência de pensamento compreende uma postura que permite a apresentação de conclusão sem influências que comprometam o julgamento profissional, garantindo que o analista atue com integridade, objetividade

e ceticismo. Essa atuação não se torna possível se houver qualquer forma de pressão. Se constatada, ocorreria uma afronta às determinações dos diretores do Banco Central no sentido de que a atuação da supervisão seja pautada pelo ceticismo, de forma intrusiva, com reporte dos fatos e indícios encontrados. Se assim não for, poderia se dizer, cinicamente, que a fiscalização seria "pro forma", apenas. Não é essa a imagem que o mercado e os organismos internacionais têm do Bacen!

Já a aparência de independência se relaciona com fatos e circunstâncias a serem evitados, sob o ponto de vista de um terceiro com experiência, conhecimento e bom senso que, provavelmente, concluiria que a integridade, a objetividade ou o ceticismo profissional da equipe ou de um componente ficariam comprometidos. Este "terceiro", normalmente, é alguém em nível hierárquico superior.

Aos analistas brasileiros cobra-se a responsabilidade técnica, conforme os princípios da Lei 8.112/91. Nesse sentido, seria uma afronta à moralidade tolerar irregularidades nas instituições financeiras, quando hipoteticamente apontadas repetidamente pelos analistas e, solenemente, ignoradas.

Uma análise, mesmo superficial, das denúncias dos inspetores espanhóis demonstra referir-se a casos de alteração de despachos, substituição de páginas de processos, procrastinação nas decisões ou punição de irregularidades. Atitudes graves, reprováveis sob qualquer aspecto.

O processo eletrônico, utilizado em larga escala no Banco Central e que deverá ser utilizado no ambiente da supervisão, apresenta significativos ganhos de agilidade, segurança e, ainda, menor custo. As possíveis modificações ou alterações ficam registradas para futura auditoria. Isto é previsto pelo Sistema de Processo Eletrônico.

A NBC-PA-290 menciona que uma das principais ameaças para a independência está na familiaridade, que ocorre quando o relacionamento é longo ou próximo com o cliente. Em tal circunstância, o auditor tornar-se-ia solidário aos interesses ou aceitaria interferências sem muito questionamento.

Este é o caso que se configuraria quando as instituições financeiras passassem a exercer influência sobre os supervisores, que poderiam argumentar que, ao expor determinadas situações, estariam ameaçando a solidez ou a continuidade de determinada instituição financeira. Situação que poderia ser tratada como um exemplo da Síndrome de Estocolmo, e os inspetores não podem compactuar com isso. Daí a denúncia espanhola.

A realidade brasileira apresenta uma situação que afeta profundamente a produtividade: diárias insuficientes, indenização de transporte restrita e burocratizada. Em casos extremos, o analista não conta com proteção, seja policial ou jurídica, além da restrição orçamentária que limita o número de servidores, numa combinação de equipes e prazos reduzidos para a execução dos trabalhos.

O Decreto 1.171/94 estabelece que é um dever respeitar a hierarquia; no entanto, também é dever do servidor comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.

Tal decreto não está contemplado nos normativos do BCB, situação que se faz necessária, dado que aos supervisores e analistas é exigido o cumprimento dos deveres fixados pela Lei n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964, quais sejam, a permanente vigilância e fiscalização das instituições financeiras e aplicação de penalidades. De outra forma, não se pode cumprir a missão institucional de zelar por um Sistema Financeiro Nacional (SFN) sólido e eficiente.

A Lei 8.112/91 estabelece as responsabilidades pelo exercício irregular de atribuições por servidor, que decorre de ato que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros. No SFN, a solidez e a aparência de solidez são bens preciosos devidamente tutelados pela lei. Nesse sentido, caso ocorra prejuízo para o público investidor, para os depositantes e até para o Tesouro diante da quebra de um banco no Brasil que, por hipótese, tenha como causa a procrastinação e a negação de fatos ou alertas, ensejaria a responsabilização dos responsáveis.

No caso dos analistas do Banco Central, o Manual do Serviço Público, em seu item 5-3-11, estabelece que "nenhum servidor pode ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior de fatos, situações e indícios que indiquem irregularidade, crime ou ameaça à solidez das instituições".

Assim, o amparo legal ao trabalho dos analistas funciona como um anteparo às possíveis pressões para alteração de conclusões e recomendações, fatos que certamente ocorreram com os inspetores espanhóis. O analista, no Banco Central, deve ser respeitado e protegido no exercício de suas atribuições, cabendo aos superiores imediatos manifestação embasada em fatos ou situações que teriam sido desconsiderados. Afinal, é da própria natureza das funções comissionadas uma carga de responsabilidade, e não cabe repassá-la aos analistas.

> **O Decreto 1.171/94 estabelece que é um dever respeitar a hierarquia; no entanto, também é dever do servidor comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.**

A diretoria do Bacen tem enfatizado o desejo de conhecer a verdadeira situação no SFN, pois, afinal, é a responsável por cumprir a missão institucional, inclusive por decretar liquidações e aplicar medidas prudenciais preventivas, sempre com base nas melhores informações e conclusões de natureza técnica produzidas pelos analistas e supervisores.

Neste contexto, vale lembrar que o Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central (Sinal) tem, dentre as suas prioridades, a prestação de assistência diante de situações que possam ser consideradas de pressão ou assédio que comprometam a independência técnica e profissional dos servidores em qualquer área de atuação do Banco Central do Brasil.

(*) Presidente do Sinal-SP e membro do Conselho da **Por Sinal**

O resgate de uma história

"Lá vem o João Marcus com o Ovo", exclamavam os servidores da regional paulista do BC, quando viam o jovem auxiliar de serviço administrativo, hoje presidente do Sinal-RJ, carregando, para distribuição, os exemplares da publicação que começou a definir os rumos e a trajetória do futuro Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central. Desde o início de sua trajetória no Sindicato, onde começou a atuar em março de 1977, João Marcus Monteiro vem se amoldando às várias etapas de lutas e enfrentamentos — inicialmente, com opositores não só do regime militar, mas também do próprio BC, que não desejavam a criação do um sindicato independente da categoria dos bancários.

"Nós tínhamos dificuldade de atuar em prol da criação do Sinal, principalmente em Brasília, lugar em que, em muitas ocasiões, tivemos de atravessar um corredor polonês, tomando cascudos, para defender nossas posições", conta João Marcus. Ele se lembra de que, no início, o Sindicato foi apelidado de "doente", por conta do nome que recebeu – Sindicato Nacional dos Servidores Federais Autárquicos *dos Entes* de Formulação, Promoção e Fiscalização da Política da Moeda e do Crédito –, criado em uma grande reunião na cidade de Taboão da Serra, em São Paulo, logo após a promulgação da Constituição de 1988. "Brasília é até hoje a cidade com menos filiados, são 2.700 funcionários do Banco Central que não estão filiados", contabiliza.

Atualmente, na opinião do presidente do Sinal-RJ, além das lutas por

melhores salários e novos concursos que permitam o ingresso de jovens servidores; pelo reconhecimento institucional do trabalho dos analistas e técnicos do BC; e por uma instituição mais voltada aos interesses do povo brasileiro, há outra, de igual importância: o resgate da própria história do Sinal, para que os novos servidores não pensem que o atual salário de ingresso no Banco caiu do céu. "Foi uma conquista dos que hoje estão se aposentando e, na época, brigaram pelo aumento do salário de ingresso, para fixar o servidor no BC", diz ele, que chegou ao Rio aos 18 anos, exatamente no ano de fundação do Banco, em 1964.

Aos 66 anos, 35 de luta e duas formaturas em carreiras distantes dos números frios da macroeconomia – psicologia e filosofia –, João Marcus reflete sobre seu próprio crescimento, sua tomada de consciência política e da necessidade de fazer do BC uma instituição independente e fiscalizadora do setor financeiro. De auxiliar de serviço administrativo (ASA), ocasião em que trabalhou no Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e Supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais (Decic), à solidez das posições políticas, João Marcus atravessou um longo caminho – inicialmente, ao lado do lendário Paulo Roberto de Freitas, idealizador, fundador e diversas vezes presidente do Sinal – que quase o colocou como o vigésimo servidor na lista dos 19 demitidos da greve de abril de 1988. "Como eu estive doente, eles não anotaram meu nome entre as lideranças que defendiam a paralisação na porta do Banco", lembra.

O capixaba encerrou sua carreira no BC em 2009, na Central de Atendimento ao Consumidor. "A instituição faz política de assistencialismo aos bancos, enquanto nós, pelo contrário, facilitamos o acesso do cidadão e o orientamos a lutar por seus direitos", defende. Ele chegou a trabalhar como psicólogo durante um tempo e se lembra de que atendeu famílias de torturados e até de agentes do Doi-Codi. "Uma delas era de parentes de uma secretária do órgão de repressão da ditadura, que não aguentou ver tanta gente machucada e terminou se suicidando", diz. Tudo isso solidificou sua atuação no Sinal. Na época que entrou no BC, era apenas um garoto que se envolveu na política pelo carisma, sempre lembrado, de Paulo Roberto.

SINAL

SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL